



**MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 21 de julho de 1998

HORÁRIO: 8h30min

LOCAL: Sala de reuniões do 9º Andar do Edifício-sede do Ministério da Previdência e Assistência Social.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Srs. Conselheiros, havendo *quorum*, vamos dar início à 52ª Reunião Ordinária.

A pauta não é muito extensa e consta do documento que vocês têm em mãos.

Esta é a 52ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, dia 21 de julho de 1998. Temos na pauta a aprovação da ata da reunião anterior, a aprovação das resoluções do CNAS, assinadas *ad referendum*, e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do CNAS.

A pauta está em discussão.

TÂNIA MARA GARIB - Sr. Presidente, gostaria de incluir um item na pauta, e pedir a atenção dos Conselheiros, em função da deliberação da reunião passada, quando decidimos realizar uma reunião ampliada em setembro.

A Comissão de Política esboçou uma minuta de proposta da reunião ampliada e, pelo tempo que temos disponível para preparar uma reunião ampliada, se deixássemos para aprovar na próxima reunião, estaríamos tremendamente prejudicados.

Distribuímos aos Conselheiros a memória da Comissão de Política, que traz essa minuta, e gostaríamos de solicitar a inclusão desse tema na pauta de hoje.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Incluir a reunião ampliada. Poderíamos colocar esse item antes do item 3. Esse ficaria como item 3 e a eleição para Presidência passaria a ser o item 4.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Tenho uma questão que, se não for definida hoje, na próxima reunião já terá passado: o Seminário sobre Estado, sociedade e governo, que será realizado nos dias 17 e 18 de agosto. A reunião do CNAS se realizará depois dessa data, então é interessante resolver agora.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Com esses dois pontos adicionais da pauta, vamos passar imediatamente à análise do primeiro tópico, pela ordem: a aprovação da ata da 51ª Reunião Ordinária do CNAS.

Temos esse resumo executivo da ata.

Está em discussão a ata.

Consultei o nosso Secretário-Executivo se o Dr. Luiz Geraldo havia recebido a documentação. Ele me informou que teve acesso ao disquete.

MARCOS MAIA JÚNIOR - Recebeu o disquete, Luiz Geraldo?

LUIZ GERALDO MATTOS - Sim.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Recebeu.

Se todos estiverem de acordo com o que está na ata, permanecem como estão.(Pausa)

A ata está aprovada.

Passamos ao segundo tópico: aprovação das Resoluções nºs 87, 89, 91 à 97 e 100. Vou passar a palavra ao Secretário-Executivo, para explicar se há algum ponto especial dessas resoluções a considerar ou se são resoluções de rotina.

MARCOS MAIA JÚNIOR - São resoluções de rotina, e há uma resolução de pedido de reconsideração, onde são examinados os processos em grau de recurso. Não há nenhum destaque especial com relação a nenhuma novidade, em termos de deferimento ou indeferimento, que pudesse ensejar a criação de jurisprudência.

Parece que a Conselheira Dora quer se manifestar.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Sr. Presidente, gostaria de pedir vista de uns processos da Resolução nº 87, de 19 de junho, publicados em 24 de junho. Trata-se do item 27, Instituto de Desenvolvimento Cultural, o IDC de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Qual é o item?

DORA SILVIA CUNHA BUENO - É o item 27, da Resolução nº 87, de 24 de junho de 1998.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Instituto de Desenvolvimento Cultural.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - É a Resolução nº 89, de 26 de junho de 1998, o item 1: Casa de Nossa Senhora Rio Claro, São Paulo.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - A Resolução nº 89 é da Associação dos Hemofílicos de Alagoas.

MARCOS MAIA JÚNIOR - Ela está falando do inciso XII.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Sim.

MARCOS MAIA JÚNIOR - Não. Está na página 39.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - É o Lar da Menina.

MARCOS MAIA JÚNIOR - Não, é a Casa de Nossa Senhora.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - É a Casa de Nossa Senhora.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Não é a Resolução nº 89?

DORA SILVIA CUNHA BUENO - É.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - É sobre o indeferimento.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Queria pedir revisão das Resoluções nº 101 e 102, publicadas nos dias 14 e 15 de julho, mas não constam aqui.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - As Resoluções nº 101 e 102?

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Sim.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Já foram publicadas?

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Já foram publicadas no *Diário Oficial* nos dias 14 e 15 de julho.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Consultar a organização para saber por que essas resoluções não foram incluídas.

Deixe para a próxima reunião, mas fica o pedido.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Da Resolução nº 101, da Associação Educativa Evangélica Anápolis, Goiás; a Resolução nº 102 é a Instituição Assistencial Meimei, São Bernardo do Campo, São Paulo.

ROSÂNGELA DIAS DE OLIVEIRA PAZ - Peço para o Reverendo me ajudar a retomar um pouco a nossa discussão de ontem, na Comissão de Normas. Retomamos a discussão das resoluções e vimos a necessidade, especialmente dos Conselheiros novos, de nos familiarizarmos com os critérios de avaliação dos processos, conhecer melhor o procedimento de avaliação dos processos. Estamos trazendo uma proposta da Comissão de Normas para discutir no conjunto do Colegiado um pouco melhor os critérios de avaliação. Essa é a primeira questão, e pediria para o Reverendo complementar, se for o caso.

Tenho uma segunda questão: um pedido de esclarecimento ao Secretário-Executivo, sobre um acordo com técnicos do INSS, que estão colaborando na avaliação dos processos e fazendo as avaliações, que ontem tomamos conhecimento. Gostaríamos de saber exatamente como é esse procedimento entre a equipe técnica do CNAS, a Comissão de Normas e o INSS. A informação que temos é que eles estão dando o parecer final, inclusive assinando o processo e não a equipe técnica, encaminhando-o diretamente, sem passar pela Comissão de Normas. Gostaríamos de um esclarecimento sobre esse procedimento.

Peço que o Reverendo complemente o que eu disse.

GUILHERMINO CUNHA - Quanto a essa primeira parte especialmente, estivemos conversando sobre a necessidade de primeiro termos conhecimento dos critérios que determinam o indeferimento ou a concessão. Primeiro teríamos o conhecimento dos critérios.

Vejo que já temos uma ementa de cada processo e isso nos ajuda. O outro pedido é este: uma entidade está tendo seu pedido indeferido, porque não prestou contas disso

ou daquilo. Possivelmente, em vez de indeferir, deveríamos começar a trabalhar educativamente. O CNAS poderia se dirigir a entidade e dizer: vocês têm quinze dias para prestar contas disso e atender a tais e tais exigências. Sei que isso daria muito trabalho, mas é bem melhor fazer assim, porque nem todas as entidades têm conhecimento de que podem recorrer. Quando tomam conhecimento, já o fazem com decadência de prazo. Na verdade, estivemos conversando sobre o assunto, e o grande desejo da Comissão de Normas é que estejamos ajudando, como representantes da sociedade civil, a fazer esse meio de campo, esse *bridge*, essa ponte. No que depender de nós, em termos de conhecimento das entidades, tentaremos ajudar. Estou vendo aqui uma entidade, um hospital que cuida de hansenianos, faz um trabalho fantástico e está sendo indeferido seu pedido, porque não prestou contas de alguns documentos. Estou usando um exemplo debaixo dos meus olhos.

O que anda acontecendo conosco é que chegamos aqui e dizemos: proponho que sejam referendados. Naturalmente, levaremos para casa e leremos. Se for o caso, instruímos a entidade para que não perca tempo e entre com um pedido de reconsideração. O que conversamos passa por esse campo.

Como a Rosângela lembrou, gostaríamos de um esclarecimento sobre o trabalho dos técnicos do INSS aqui dentro.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Vou passar a palavra ao senhor Secretário-Executivo, para comentar esses dois pontos, porque penso que já vão ao encontro de algumas idéias que temos.

MARCOS MAIA JÚNIOR - Gostaria de esclarecer que o pedido de colaboração aos fiscais do INSS está baseado no Decreto nº 2.536. Não estou me lembrando do artigo, mas no final diz que o CNAS e o INSS deverão manter um intercâmbio de informações e que o CNAS pode, a qualquer momento, solicitar a ajuda do INSS. Isso foi decidido em comum acordo com o Sr. Ministro, quando se expôs para ele que alguns processos são de alta complexidade — há balanços, relatórios de auditores — e que o CNAS ainda não tinha uma equipe técnica que pudesse analisar esses relatórios.

O ponto relacionado à assinatura dos relatórios foi discutido exaustivamente com os fiscais e técnicos: não ficaria bom para nenhum dos dois lados um fiscal fazer um relatório e não assiná-lo, e um analista ter que endossar o que o fiscal escreveu. Os próprios fiscais quiseram assinar, para dar respaldo àquele tipo de informação. Essa colaboração do INSS foi acertada junto ao Gabinete do Ministro, para que pudéssemos ter uma orientação melhor dos processos mais complicados. Isso está sendo feito com a supervisão da Secretaria Executiva e algumas vezes com o acompanhamento do nosso Presidente.

Depois daquela reunião da Comissão de Normas de que participei, estávamos pensando em nos dois próximos meses analisar apenas os processos de pedidos de novos registros, até que saísse a alteração do Decreto nº 2.536 e até que a Comissão de Normas se pronunciasse a respeito de critérios. Realmente, em relação aos critérios, os próprios fiscais ficam com dificuldade em saber se podem aceitar ou se não podem, em função de não haver nada escrito pelo CNAS.

Já acertei com o Presidente. A partir do mês de agosto temos 537 pedidos de novos registros. São processos mais simples, sem muita complexidade. Tirando aquelas exceções de pedidos de prioridades que recebemos do Gabinete do Ministro, de Deputados, de outros pleitos, e de alguma entidade que precisa liberar um bem importado, receber algum dinheiro, tentaremos liberar os certificados dessas entidades, mas daremos prioridade absoluta aos registros, até que a Comissão de Normas se defina sobre isso.

A grande dificuldade, como disse para os senhores ontem, na Comissão de Normas, é não ter um documento escrito, para que a equipe de análise possa ser treinada. Os próprios fiscais estão tendo dificuldades para analisar esses processos.

Se a Comissão de Normas se pronunciar e definir os parâmetros, até despacharmos esse resíduo de registros, já teremos algo escrito para que a própria equipe de análise do CNAS possa resolver isso.

Há um ponto que o Reverendo propôs, e considero importante, poderia servir para reflexão: nessas análises em que a entidade não atingiu os 20%, ou não contabilizou algumas coisas, que isso não fosse indeferido de plano, mas fosse convertido em diligência, até para que ela possa trazer novos elementos. Isso é produtivo e educativo.

Quero lembrar também ao Reverendo que, após a assinatura da resolução pelo nosso Presidente, após sua publicação no *Diário Oficial*, a Secretaria Executiva manda uma carta em que fica bem claro o prazo para registro, após o recebimento confirmado pelo AR. Perder o prazo ela não perde. Se ela não receber a carta, não está intimada para começar a correr o prazo. Mas suas ponderações são importantes.

Se não fui claro nas minhas informações, gostaria que indagassem.

MARIA DOLORES CUNHA PINTO - Quero fazer uma observação. Discutimos na Comissão de Política que é indispensável a Comissão de Normas, quando estiverem sendo definidos esses critérios básicos, até para a análise da concessão do certificado e do documental, estar atenta aos princípios básicos de descentralização, participação e envolvimento dos conselhos, porque não podemos continuar com uma política centralizada e altamente cartorial, que contraria os princípios básicos da própria LOAS. Além disso, é necessário fazer uma evolução gradativa, um estudo de que diferenciação temos a partir do momento em que foi criado o Conselho Nacional de Seguridade Social, que passou a incumbência para o Conselho Nacional de Assistência Social: que diferenças de procedimentos estamos tendo na análise documental. Continuamos com função cartorial e não estamos inovando em nada.

ROSÂNGELA DIAS DE OLIVEIRA DA PAZ - Dolores, como vocês pensaram essa descentralização? Vocês chegaram a pensar em algo?

MARIA DOLORES CUNHA PINTO - Em linhas gerais, só discutimos qual o papel dos conselhos estaduais e municipais e como envolver os órgão gestores. Em vez de essa análise estar toda centrada aqui, os conselhos e órgãos gestores entrariam no processo co-responsabilizado e participativo. No encaminhamento, poderiam já mandar uma pré-responsabilidade no contexto da análise, em vez de centralizar tudo aqui. Isso é importante, pois se perguntarmos hoje ao CNAS quantas entidades recebem certificado e quantas dessas entidades estão em situação precária não conseguimos responder.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Tive uma conversa com o Sr. Ministro a propósito dessa questão de participação maior dos conselhos. Ele me pediu, inclusive, que transmitisse aos senhores Conselheiros, que pretende dar um apoio muito grande ao trabalho do CNAS e quer fazer um programa de âmbito nacional para a qualificação de Conselheiros, o que vai ser extremamente importante nesse processo de descentralização. É preciso que os Conselheiros realmente estejam habilitados para todas essas tarefas que vão existir dentro desse processo de descentralização. De maneira que vamos poder trabalhar, conforme está dizendo a nossa Conselheira Maria Dolores, dentro desse critério de descentralização tão logo tenhamos condição de fazer esse entrosamento indispensável com os Conselhos. Esse é um passo importantíssimo como trabalho do Conselho daqui para frente.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Já que chamamos o INSS, por que não chamamos também a SAS, que tem inclusive uma equipe técnica nos Estados, para falar sobre o mérito social e sobre a necessidade social de algumas entidades, que também temos necessidade de saber?

Com relação aos conselhos municipais — já havíamos pedido uma relação para a SAS —, ontem recebi um envelope contendo alguns disquetes, mas não foram abertos, pois parece que também não conseguiram entrar, para saber o que havia dentro. Ainda estamos sem a relação dos municípios para saber quais têm os conselhos funcionando e quais não têm.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - O nosso Secretário-Executivo vai dar informação sobre esse tópico levantado pela Conselheira Dora.

MARCOS MAIA JÚNIOR - Consegui abrir esses arquivos. Lamentavelmente, o Conselho não tem o programa em que foi elaborado na Secretaria. Eles mandaram o seu mapa de controle, que é muito grande, porque estão anotando todas as informações que interessam à SAS.

Vamos tentar extrair desse disquete apenas a relação das cidades — são mais de duzentas folhas, pois eles fizeram de cada Estado separadamente. Seguramente, na próxima reunião já distribuiremos isso.

ANTÔNIO LUIZ P. RIBEIRO LEITE DE BRITO - Com relação aos conselhos municipais, vale a pena o que a Rosângela disse: propor que eles atestem com um certo critério.

Independentemente do programa de capacitação, sugiro que o Conselho Nacional recomende critérios aos Conselhos municipais, e só eles possam atestar o funcionamento das entidades, quando elas vierem para cá. É uma forma de mais ou menos filtrar as entidades.

Hoje, no caso dos municípios, Sr. Presidente, os conselhos municipais praticamente não estão atestando nada. O documento passa para o Prefeito, para o juiz, e quando vem um atestado de funcionamento da entidade qualquer um pode assinar. Independentemente de se fazer um programa de capacitação, o Conselho Nacional deveria sugerir ao município que somente os conselhos municipais possam dar o atestado de funcionamento e nós capacitarmos, ou pelo menos sugerir critérios para que o conselho ateste o funcionamento. A partir daí, vamos saber se realmente a entidade está funcionando, qual a sua qualificação e alguns outros critérios de documentação.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Vamos precisar, inclusive, definir o que o Decreto nº 2.536 determina, para que essas entidades tenham registro nesses conselhos também. Estamos aguardando uma versão final desse decreto, que está sendo esperada para o final deste mês, no máximo para o início do próximo, para que tomemos algumas providências. Não adianta fazermos alguma coisa hoje para mudarmos amanhã.

Estou informado, por fonte do Ministério e também do próprio Ministro, que até o final deste mês e início do próximo teremos uma nova versão do decreto.

ANTÔNIO LUIZ P. RIBEIRO LEITE DE BRITO - A minha sugestão é independente do Decreto nº 2.536.

Em Salvador, em 1996 começaram as inscrições das entidades. Naquele ano, não esqueço que vim a uma reunião ampliada em Brasília, e pedi algum tipo de critério para que as entidades fossem inscritas. Naquele momento não havia, porque estavam aguardando um documento do Dr. Faleiros, sobre o que era um entidade de assistência. Simplesmente copiei aquela resolução de recadastramento e coloquei o certificado de adimplência municipal, como forma de sabermos se a verba do município estava sendo bem usada. A partir daí, inscrevi todas as entidades.

No município temos um arquivo de toda a documentação das entidades. Antes de vir para cá, já sabemos as entidades que têm problema. Explicitamos em um atestado nosso de funcionamento: entidade com problema. Quando vem uma entidade de Salvador, a partir desse processo que está sendo feito agora, já sabemos se tem problema ou não, independentemente de ver o Decreto nº 2.536. Se ela não tem o estatuto organizado, já estamos filtrando para vocês. Não precisa vir para cá para ver que o estatuto não está organizado. Se ela não tem o CGC organizado, não precisa vir para cá. Ligamos para a entidade e dizemos: o CGC não está organizado. Quando a documentação vem pelo escritório do CNAS, em Salvador, já foi filtrada pelo CMSS.

TÂNIA MARA GARIB - Gostaria, para dar objetividade a uma questão fundamental ao Conselho, que fosse formado um grupo de trabalho para estudar essa recomendação que a Comissão de Política fez à Comissão de Normas de levantar toda a legislação, para ver o que a Conselheira Dolores disse, isto é, quanto avançamos desde 1934 ou se estamos no mesmo patamar de 1934. Os encaminhamentos deveriam vir nessa proposta, considerando o papel dos conselhos municipais e estaduais. Esse procedimento deve ser urgente, para que seja apresentado na próxima reunião e o aprovemos, pois todas as colocações feitas aqui são sobre as dificuldades que vivemos, são referente aos problemas que vivemos.

Não resta dúvida, como disse o Conselheiro Brito, que um conselho municipal mais perto da instituição pode orientar muito melhor a entidade do que ela esperar uma cartinha do CNAS, que vai chegar com AR ou não, que vai demorar ou não.

Poderíamos fazer essa capacitação e não precisamos esperar o plano de capacitação dos Conselheiros. Podemos fazê-la com efeito cascata: o CNAS capacita os conselhos estaduais, dando-lhes a incumbência de capacitarem os municipais. Assim, isso será feito de forma rápida e nos modernizaremos em uma questão em que estamos caminhando como antigamente.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - É preciso fazer a seguinte observação: esses critérios, essa legislação toda foi incluída naquela pasta que distribuímos aos Conselheiros, quando iniciamos esse período de atividades. São as resoluções do CNAS e a legislação que está aí. O que está realmente criando problema no momento é que o Decreto nº 2.536 está em processo de exame e será alterado. Então, estamos diante do seguinte fato: enquanto não tivermos objetivamente um posicionamento final sobre esse decreto, vamos ficar sem condição de dizer algo mais objetivo, sobre essa questão de critério, porque eles estão no decreto.

Independentemente disso, a sugestão da Conselheira Tânia é muito boa. Até sugiro que a própria Comissão de Normas agilize providências, conforme já até sugeriu o nosso Secretário-Executivo, no sentido de colocar essas coisas por escrito, para que possamos, a partir de uma minuta feita pela Comissão de Normas, discutir um roteiro, de acordo com o que a nossa Conselheira está propondo. A Comissão de Normas é a quem tem mais condição de fazer um esboço disso, no momento, até porque é competência específica dela.

Alguém mais quer se pronunciar?

ANTÔNIO LUIZ P. RIBEIRO LEITE DE BRITO - Tenho uma sugestão para a Comissão de Normas. Independentemente de se fazer um roteiro, já poderíamos recomendar, a partir de agora, pois as entidades estão buscando os conselhos para se inscreverem. Por mais que queiramos aguardar, já estamos recebendo pedidos, até porque as verbas da descentralização exigem a inscrição no conselho. Se não trabalharmos rápido, pode ser que façamos com que as entidades sejam inscritas em determinados municípios de forma que não possamos controlar depois, por já estarem com um processo avançado de descentralização de fundo a fundo.

A minha sugestão é que se sugira aos conselhos municipais que usem a resolução do CNAS de cadastramento e coloquem a adimplência. No caso de financiamento, eles podem verificar independente de discutirmos. Podem ser usados como critério a mesma documentação da resolução do cadastramento, do registro. A partir daí, podemos solicitar também que eles visitem as entidades, para emitir atestado de funcionamento. É basicamente isso. A entidade está funcionando independentemente de ter critério com qualidade ou não. Hoje sabemos, pelo menos, se a entidade não é fantasma, o que já é um grande avanço.

Depois podemos evoluir no assunto com a Comissão de Normas. Mas é urgente poder dizer como deve ser feito o processo e atestar o funcionamento. As entidades vão muito aos conselhos, pois, de acordo com a LOAS, para receber os recursos é preciso estarem inscritas no conselho municipal. Até para mandar o pedido de renovação do certificado também precisa estar inscrita. Dou essa sugestão para acelerar o processo.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Há duas pessoas inscritas: a Fátima e a Rosângela.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Participei de um treinamento de conselhos municipais e realmente essa questão está dando os maiores problemas. O mais rápido que se puder chegar aos conselhos municipais com essa definição imediata, melhor. Depois nos aprofundamos para ter critérios mais definidos. Enquanto esses critérios não forem definidos, há urgência em dar uma orientação. Os conselhos municipais estão totalmente perdidos a esse respeito.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - A recomendação é muito boa.

ROSÂNGELA DIAS DE OLIVEIRA DA PAZ - Há duas tarefas para o debate da Comissão de Normas. Estou entendendo que esse encaminhamento do Brito é imediato. Vamos dar essa orientação para os conselhos. Partindo disso, sobram ainda duas tarefas para a nossa Comissão de Normas. A primeira é fazer uma sistematização dos critérios. Poderíamos incluir

esse ponto na pauta da próxima reunião da Comissão de Normas, para que a equipe técnica apresentasse quais os critérios que hoje estão norteando a avaliação hoje. A partir daí, discutiremos e traremos para o Colegiado uma proposta de critérios. Essa é a primeira tarefa.

A segunda tarefa a Dolores e a Tânia expuseram, também é tarefa coletiva nossa: definir quais os mecanismos, a partir desses critérios, para haver a descentralização. Senão vamos continuar trabalhando e centralizando tudo aqui no CNAS. Tendo os critérios definidos, vamos discutir a descentralização e seus mecanismos.

MARIA DOLORES CUNHA PINTO - Inclusive não há como esse Decreto nº 2.536 sair, embora esteja aprovado, sem uma análise do sistema descentralizado. Nada nele menciona o sistema descentralizado.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Menciona essa importância do registro dos conselhos municipais.

MARIA DOLORES CUNHA PINTO - Só isso, o registro simplesmente, pede o mesmo documento e não faz uma análise profunda do sistema descentralizado e do controle social.

GUILHERMINO CUNHA - Ontem, na reunião da Comissão de Normas, fizemos uma sugestão, creio que referente ao artigo 7º, onde os conselhos estadual e municipal estão inseridos no decreto. Diz: ouvido o conselho estadual e municipal, com o seu parecer. Estão inseridos no decreto e a descentralização está aí, porque o decreto não pode descer a minúcias, só prevê a possibilidade. A implementação é que regulamenta, por normas, se for acolhido pelo Ministro, naturalmente.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Sobre esse assunto de encaminhamentos de providências internas do CNAS, temos como providência imediata, que o Sr. Secretário-Executivo pode tomar imediatamente e endereçar a todos os conselhos, essas duas

recomendações básicas levantadas aqui: seguir o roteiro da Resolução nº 34 para registro, e principalmente o atestado de funcionamento ser dado mediante uma visita. Isso pode ser feito imediatamente.

Não está aqui presente a Presidente da Comissão de Normas, não sei se continua a Ângela, mas acho que é ela mesma. Esse assunto seria incluído na pauta da próxima reunião, para que pudessem trabalhar essas duas questões levantadas aqui, que foram sistematizadas e resumidas pela Conselheira Rosângela.

Vou colocar em discussão as resoluções até a de nº 100, passar à fase de aprovação dessas resoluções, para então seguirmos nossa pauta.

A não ser os pedidos de vista feitos pela Conselheira Dora, as resoluções estão em discussão.

Quem estiver de acordo, permaneça como está.(Pausa)

Estão aprovadas as resoluções.

Vamos passar ao ponto número 3 da pauta, a reunião ampliada, sugerida pela Conselheira Tânia. Peço que ela exponha rapidamente a questão, para que possamos deliberar sobre a matéria.

TÂNIA MARA GARIB - Distribuímos aos Conselheiros a memória da nossa reunião de ontem, que tem sintetizada a proposta da reunião ampliada na segunda e terceira páginas.

Na reunião passada, segundo a ata que aprovamos hoje, está a aprovação de uma reunião ampliada para setembro, na região Norte.

Os Conselheiros da Comissão de Política reunidos ontem, analisando todos os prós e contras, o momento político que vivemos, resolveram fazer essa proposta para submeter ao Plenário. Na reunião passada, foi aventada a possibilidade de se realizar a reunião em Belém. Entretanto, sugerimos que a reunião seja realizada em Manaus, pela maior facilidade de acesso.

Não temos bola de cristal para fazer previsão, mas o Amazonas é o Estado que parece que resolverá o seu problema político no primeiro turno, de forma que não ficaremos realizando a reunião ampliada no meio desse processo político.

Hoje, o tema mais importante em relação à assistência social, no que se refere a municípios e Estados que estão tendo a maior dificuldade, é a questão do processo de descentralização. O seu início ocorreu com a Norma Operacional Básica, a partir de primeiro de janeiro, e pegou os municípios até certo ponto despreparados para esse processo, as pessoas têm muitas dúvidas. Esse é o tema central da reunião ampliada, que propomos neste momento.

Surgiu na comissão mais dois temas, que vamos sugerir para as próximas reuniões ampliadas: a discussão do terceiro setor e o certificado de filantropia, o registro e inscrição, enfim toda essa situação que envolve a função cartorial do CNAS. Nessa questão da descentralização há quatro subtemas: qualidade dos serviços de assistência social, os indicadores, o financiamento e a capacitação dos gestores.

A data proposta não seria setembro, mas os dias 15 e 16 de outubro. Este último dia é a data da nossa reunião do CNAS do mês de outubro, então, aproveitaríamos para fazê-la também em conjunto com a reunião ampliada.

A proposta é esta que está aí: pela manhã haveria um painel sobre financiamento, o que acreditamos gerará mais polêmica, maior discussão. À tarde, seria tratada a qualidade dos serviços e a capacitação dos gestores. Depois, os grupos se reuniriam para discutir os três temas. Cada grupo discutiria um. Os gestores e conselheiros presentes escolheriam um grupo e fariam o encerramento com a apresentação das sugestões de encaminhamentos para o CNAS.

Esta é a proposta apresentada, que submetemos à discussão do Plenário para aprovação, uma vez que se tem que andar muito rápido para conseguir fazer uma reunião como essa, não pecando no aspecto em que mais somos criticados: a falta de informação em todos os municípios brasileiros.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - A sugestão da Conselheira Tânia é passar a reunião ampliada para o mês de outubro.

Alguém quer usar da palavra?

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Quero parabenizar mais uma vez a Comissão de Política pelo seu trabalho. Em todas as discussões que temos feito, a Comissão de Política tem procurado ampliar a discussão, vir com propostas concretas. Isso efetivamente faz crescer o trabalho do CNAS. Quero mais uma vez parabenizar a Comissão de Política, sem desmerecer as demais, que também têm se esforçado. Já que estamos tratando sobre os assuntos da Política, estou me referindo a essa Comissão.

Quero argumentar por que sugeri que a reunião ampliada fosse setembro, e por que escolhi Belém.

Aprovamos aqui duas reuniões ampliadas ainda para o ano de 1998. Uma seria em setembro. O fato de estar havendo eleições não impede a realização, pois já fizemos reuniões em outras oportunidades em que havia eleições. Já fizemos reuniões ampliadas dentro do Congresso e as influências políticas não comprometeram, muito pelo contrário, fortaleceram as reuniões. Não vejo por que deslocar o eixo da reunião ampliada de setembro para outubro em função das eleições.

Também sem bola de cristal, poderemos ter o segundo turno para Presidente, e aí sim será uma complicação em qualquer Estado deste País.

Peço com carinho fraterno que a Comissão de Política revise essa data, que inviabilizaria a segunda reunião ampliada, pois só seria em novembro ou dezembro. É importantíssimo fazermos uma segunda reunião ampliada para discutirmos a descentralização, já com uma posição concreta de quem seria o novo Presidente, para levarmos a ele as nossas propostas, seja ele quem for, já com o peso político de todos os Estados que estiverem presentes. É fundamental que tenhamos uma nova reunião logo depois do segundo turno da eleição.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Quando será a votação do segundo turno?

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - O segundo turno será no final de outubro. São vinte dias de campanha para o segundo turno.

A meu ver, dois dias em Manaus, com as viagens, inviabilizariam a participação de quase todos os envolvidos nas eleições.

Proponho uma reunião em novembro, ou no começo de dezembro, com a finalidade de fazer uma proposta sobre a Assistência Social para o novo Governo. Portanto, seriam duas reuniões ampliadas este ano, e a segunda deveria ser aqui em Brasília, quando convidaríamos o Presidente ou o seu representante, para quem passaríamos nossa propostas.

Manteria a reunião em setembro, pois é uma data em que todos estarão disponíveis. Podemos até fazer nas datas em que estavam marcadas as reuniões do CNAS. O deslocamento já estava previsto, apenas mudaríamos o local.

Penso que deveria ser em Belém, porque historicamente sempre fizemos as reuniões ampliadas onde elas eram solicitadas. Os Estados solicitam. Por mais que façamos, sairia muito caro fazer uma reunião ampliada, se precisássemos deslocar Conselheiros para organizar a infra-estrutura da reunião.

Belém já fez solicitações por escrito e oralmente para que a reunião ampliada no Norte fosse lá. Acho que seria até bom fazer em Manaus, é um lugar bom de se ir. Belém não tem os mesmos atrativos de Manaus, mas há um Conselho solicitando sistematicamente que a reunião seja lá. Eles têm um dos fóruns politicamente mais fortes de assistência social, com a participação do Governo, de representantes da sociedade civil etc. Penso que lá teríamos as condições mínimas de uma infra-estrutura para esse evento. Baseados em uma solicitação, temos feito todas as reuniões: em Belo Horizonte, em Recife etc. Senão, vamos dizer: será em Manaus. Será um encargo para o Conselho de Manaus. E esse conselho quer a reunião? O Conselho do Pará sabemos que quer.

A minha proposta é fazer em setembro, nas datas previstas para outubro. Não tenho a data prevista para setembro, mas seria só ver a data de outubro.

Penso que deveria ser em Belém em função do que já citei. Deveria ser em setembro principalmente em função dessa outra reunião ampliada, pois considero de extrema importância que o Presidente eleito conheça o CNAS, as perspectivas e propostas da reunião ampliada do CNAS, com todos os dados, o que daria peso político às nossas propostas.

Peço com muito fraternidade aos Conselheiros que mantenha a data e o local que eu já havia solicitado.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Temos duas propostas: a da Comissão de Política e a da Conselheira Fátima, que já foi feita na reunião anterior.

Alguém quer se manifestar sobre essas duas propostas?

ANTÔNIO LUIZ P. RIBEIRO LEITE DE BRITO - Mudamos a data para outubro em função de que em setembro a reunião será vinte dias antes da eleição do dia 3 de outubro. Também estaremos com problema no primeiro turno, que é muito pior que o segundo turno, porque estarão todos na expectativa.

Está sendo preparada para sugerir aqui, foi aprovado na reunião passada, uma reunião no dia 7 de dezembro, muito mais para discutir o programa nacional de capacitação, e haver uma discussão geral por ser a data que propusemos como o Dia Nacional da LOAS.

Haverá uma segunda reunião, mas não sei se existirá como uma proposição da Comissão de Política. Não sei se existirá com esse objetivo de levar uma proposta ao Presidente da República, seja ele o mesmo, ou outro. Entretanto, já previmos uma reunião para sacudir os Estados e municípios, para que eles possam trabalhar a assistência não só em Brasília, como em todos os locais.

Estamos prevendo duas reuniões. Sugerimos em outubro por supor que, no caso do Amazonas, não haverá segundo turno.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Isso é suposição.

SÔNIA MARIA R. MOREIRA - Estive pensando: por que não fazemos uma reunião em vez de duas, que implicam tempo e gastos? Podemos somar as duas propostas e fazer a reunião mais para frente, pois analisamos tudo o que tem que ser analisado, discutimos tudo o que tem que ser discutido, em uma ocasião só. Poderia até ser um pouco mais longa, mas

os gastos que fazemos para chegar ao Amazonas ou ao Pará são muitos, todos esses lugares são muito longe.

O nosso tempo é curto. Todos aqui são muito ocupados, todos têm dificuldade para sair. Em vez de ficarmos dois dias, em duas vezes, por que não ficamos três ou quatro dias de uma vez só, em uma época em que não dê tanta desarrumação em relação à política e à eleição, e gastamos esse dinheiro das passagens uma vez só?

Parece-me que, quanto mais para frente, mais viável, pois em setembro há o primeiro turno; em outubro, o segundo. Nós todos, de alguma forma, teremos problemas nessa época e, se for mais para frente, essa questão já estará mais assentada. Seja quem for que tenha ganho, já vamos ter a proposta para discutir, para apresentar, mas em um momento mais calmo.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - A Conselheira Sônia está propondo a reunião depois de outubro, em novembro ou dezembro.

EMERSON JOSÉ OSÓRIO P. LEAL - Quero reforçar a posição da Conselheira Tânia, porque tenho uma larga experiência com eleições. Sou prefeito pela terceira vez, e sei como os ânimos ficam acirrados às vésperas das eleições, sobretudo das eleições governamentais e municipais. Seria improdutivo realizar a reunião nesse período, porque haveria uma radicalização do processo. O debate é salutar, mas sua radicalização, com vistas a tirar dividendos políticos, às vésperas das eleições, é extremamente negativo.

Não temos uma bola de cristal, mas as pesquisas estão mostrando que há grande possibilidade de o processo no Amazonas se resolver no primeiro turno, de sorte que essa é a nossa posição: adiarmos isso para o mês de outubro, após as eleições de 15 de outubro, porque aí teríamos melhor condição, mais tranqüilidade para levar esse debate.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Está inscrito também o Conselheiro César. Depois, será a Cristina e o Luiz Geraldo.

LUIZ GERALDO DE MATTOS - Tenho só um lembrete. A colocação do companheiro Prefeito me fez lembrar o que disse Bismarck, há um século: nunca se mente tanto quanto antes das eleições, durante a guerra e depois da caçada.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Muito bem lembrado pelo nosso Conselheiro Luiz Geraldo.

Antes de passar a palavra ao Conselheiro César, quero dizer que temos o prazer de contar com o novo representante dos Estados, o Secretário do Estado do Maranhão, Presidente do FONSEAS, que está aqui conosco, na sua primeira reunião como Conselheiros do CNAS. Não fiz a apresentação no início da reunião, porque o Conselheiro César não estava presente. De maneira que queremos dar as boas-vindas ao Conselheiro César, e lhe passar a palavra.

CÉSAR RODRIGUES VIANA - Obrigado pelas boas-vindas, que dispensa a minha apresentação, já feita pelo Gilson.

A minha intervenção é no sentido de reforçar a defesa do mês de outubro, mesmo porque, além dos conflitos locais, como disse o Emerson, temos a dificuldade da ida de alguns Conselheiros, no caso específico dos Estados, pelo simples fato de estarem engajados em suas campanhas nos Estados. Muitos de nós da sociedade civil, como representantes do Governo, temos um nível de engajamento às vezes muito forte.

No caso da representação dos Estados, o caso do FONSEAS, estou engajado na campanha, e o suplente está ainda mais engajado que eu. Estou tentando contato com ele, que se afastou da Secretaria por alguns dias, para coordenar a campanha do Arraes, em Pernambuco.

Com certeza não haverá representantes dos Estados no mês de setembro, porque estamos em plena atividade, na reta final de uma campanha política.

Sugiro que nós, da Comissão de Política, façamos agora em agosto um encontro para aprofundar a pauta da reunião, onde seria tratado um assunto importante, como o que a Fátima sugeriu, uma proposta concreta para o novo Presidente, ou a discussão do terceiro

setor, e se fizesse duas reuniões ampliadas seguidas: uma, em outubro; outra, em novembro ou dezembro, onde se discutiria outro assunto relevante, dentre esses que estão sendo colocados aqui.

CRISTINA MARIA SILVA ALBUQUERQUE - Essa posição surgiu ontem quando discutimos o tema. Foi uma preocupação que surgiu entre todos os membros, houve consenso. Não adianta tapar o sol com a peneira: estamos em ano eleitoral e todos, direta ou indiretamente, até porque estamos em uma representação de alguma forma nacional, devemos estar engajados com o nosso dever.

Temos que deixar claro o objetivo de uma reunião ampliada. Para nós o principal objetivo, como tema proposto, não é discutir um reforço político, pelo menos neste momento. A demanda dos municípios é para discutir coisas inerentes ao processo de descentralização, as dúvidas, os erros e acertos.

Obviamente, existe ambiente para se ter um fortalecimento da política. Penso que seria pertinente a proposta da Fátima, em se elegendo o Presidente, o governador, de reforçar o papel dos conselhos e se tomar uma posição de consenso de avanço político, de compromisso, inclusive, dos nossos dirigentes que estão aí.

Mas se entendemos que em uma reunião ampliada vamos discutir coisas objetivas, concretas, na data apontada por ela isso estaria prejudicado. Não há como se fazer isso no afã da discussão política e partidária, sim. Se o objetivo da reunião é esse, neste momento ela estaria seriamente comprometida. Já tivemos oportunidade de ver isso outras vezes, o que é normal. O anormal seria uma reunião em setembro ficar neutra, e conseguirmos avançar na proposta da reunião ampliada.

Gostaria que houvesse uma reflexão, a não ser que mudemos o objetivo da reunião ampliada. Mas se o objetivo da proposta é discutir a descentralização, esse processo inicial, penso que ficaria comprometida sim.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - A Conselheira Fátima quer modificar sua proposta.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Fiz um acordo com as pessoas da Comissão de Política. Venho com uma proposta intermediária, baseada nos argumentos já levantados aqui. Mudamos quando as outras pessoas sugerem coisas interessantes, por isso pedi carinhosamente que discutíssemos isso.

A proposta do dia 15 e 16 é exatamente uma semana antes do segundo turno, se houver.

A minha proposta seria reunião nos dias 6 e 7 ou 8 e 9 de outubro. A eleição é dia 3. Nos dias 8 e 9 seria mais de uma semana depois da eleição, e manteríamos a segunda reunião.

Existem problemas, mas sempre vamos tê-los e sempre teremos que enfrentá-los.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - A sua proposta é de mudar a data?

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Não é minha proposta. É uma proposta já discutida com o Brito e o prefeito.

Seria nos dias 8 e 9 de outubro, com o mesmo tema, em Belém, em função dos critérios que sempre foram utilizados. O acesso é o mesmo e o gasto com passagens não será tão grande. Já temos experiências nisso.

A outra reunião será em Brasília, então não haverá nenhum gasto extra, será exatamente o mesmo.

ANOILDO FELISDÓRIO DOS SANTOS - Independentemente do acordo feito pela Conselheira, penso que deveria existir apenas uma reunião. Concordo com a posição da Conselheira Sônia de fazer no mês de novembro.

Fico também preocupado, pois estou vendo discussões sobre a data, o que é importante evidentemente, mas pouco quanto ao mérito do que se vai apresentar, da qualidade daquilo que se vai querer buscar. E também temos que pensar um pouco na racionalidade dessa

despesa. Por menor que seja a despesa, participamos de um conselho que trabalha com recursos da área da Assistência Social, e temos que dar o exemplo, quantas vezes pudermos, de austeridade em termos de despesas e gastos.

Uma única reunião no mês de novembro seria o ideal. E daqui para lá deveríamos nos preparar.

Já tive a oportunidade de estar em uma reunião dessas em Manaus, convidado até como Conselheiro, para falar um pouco sobre o financiamento da Assistência Social. Fui pego, muitas vezes de surpresa, porque as discussões que levamos nem sempre é a que as pessoas estão esperando. Tem que ser mais trabalhado pela Comissão de Política aquilo que de fato será o grande objetivo da reunião, e deve-se discutir um pouco o mérito da questão. Devemos discutir aqui, antes de fazer a reunião. Fazer por fazer é complicado.

Devemos colocar na pauta, discutir e, depois de saber que objetivo queremos com essa reunião, entregar um programa ou algo ligado a quem quer que assuma a Presidência da República.

Antes, precisamos nos preparar quanto ao mérito da questão que será discutida. A data é importante? É, mas não é só com isso que precisamos nos preocupar.

Além do mais, a racionalidade de gastos tem que estar sempre correndo junto conosco, porque questionamos como se gasta mal, tanto na Saúde, como na Educação. Estamos cansados de questionar isso, nós, a população. É bom que façamos um pouco a reflexão no sentido de que nós, Conselheiros, procuremos utilizar esses recursos, por menor valor que seja, da melhor maneira possível.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Estão inscritas várias pessoas. Estou vendo que esse tema está se dilatando muito e estou preocupado porque alguns Conselheiros terão que se retirar na parte tarde. Inclusive alguns já têm viagem prevista.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Tenho uma proposta.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Há alguns Conselheiros que ainda não se manifestaram: o Conselheiro João Batista e o Guilhermino. Depois passo a palavra para você e para a Tânia.

JOÃO BATISTA LIMA FILHO - Quero me manifestar em relação à data proposta pela Conselheira Fátima. Se a reunião ampliada fosse hoje, várias pessoas ligadas ao Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em Goiânia, estariam impossibilitadas de comparecer. Na data de 8 e 9, um segmento da sociedade será prejudicado, o que trabalha com a terceira idade, os especialistas e os técnicos, porque haverá o I Congresso Brasileiro de Gerontologia Social, em Porto Alegre, e o CNAS está envolvido nisso como convidado.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - É o congresso da Nara.

JOÃO BATISTA LIMA FILHO - Da ONG.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Nos dias 8, 9 e 10, em Porto Alegre.

Muito bem lembrado pelo Conselheiro João Batista. Esse fato inviabiliza essa data dos dias 8 e 9. Realmente, muito bem lembrado.

GUILHERMINO CUNHA - Sr. Presidente, estou pensando na importância das reuniões, porém mais preocupado com o seu conteúdo, porque ninguém pode dar o que não possui. Estamos falando muito da necessidade de treinamento, de termos os critérios, de termos a cartilha sobre a concessão e manutenção do Certificado de Filantropia, de termos claramente definido o roteiro das leis, de termos claramente definidas as idéias básicas dessa política de descentralização, com maior envolvimento dos conselhos estaduais e municipais. Creio que essa pauta não pode ser em um só assunto. Deve ser ampla e que nos preparemos para fazer isso.

Por outro lado, sou pela tese das duas reunião ampliadas. Não tenho nada contra a reunião em Belém, no início de outubro, não sei os dias, mas sem interferir com a do Conselho, para tratarmos desses assuntos e também ouvirmos os conselhos estaduais e

municipais. Então, esse relatório seria elaborado e, no início de dezembro, haveria aquela reunião mais política, para passar para o governo eleito ou reeleito as idéias básicas da política de ação social para o País. Então, vejo a pertinência das duas reuniões. Se fizermos uma reunião só, será entre nós. Se fizermos uma reunião prévia, e tivermos um material bem preparado, inclusive com a visão da política de ação social, de assistência social para o País, levamos isso, e fazemos chegar às mãos do novo governo eleito. Sou favorável às duas reuniões.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - As Conselheiras Fátima e Tânia também pediram a palavra.

Estou com a data da reunião de Porto Alegre, que começa no dia 8, uma quinta-feira. Será nos dias 8, 9 e 10, possivelmente. Realmente, nessa data não será possível, porque vou ter que estar em Porto Alegre, não tem como não estar lá. A ida seria no dia 7, porque a abertura é às 20 horas. Não dá para ser no dia 6. Teria que ser no dia 5 ou logo depois das eleições. Será algo complicado, pois muitas pessoas estarão votando nos seus Estados.

Eu, por exemplo, não voto em Brasília. Vou ter que viajar. Não é muito fácil marcar isso para um dia perto da eleição.

Quero ouvir a Conselheira Tânia, que havia sugerido os dias 15 e 16, data realmente em que não teria nenhum empecilho, do nosso ponto de vista.

No dia 15 será a reunião do CNAS. Só seria em outro local.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Estou propondo nos dias 12 e 13.

TÂNIA MARA GARIB - O dia 12 é feriado nacional, dia de Nossa Senhora de Aparecida.

GUILHERMINO CUNHA - A idéia de coincidir exatamente a reunião do CNAS com a ampliada é excelente. Só seria reunião em outro Estado.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Há uma questão. É uma semana antes do segundo turno.

GUILHERMINO CUNHA - Qual é o problema?

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Conselheira, quem está com a palavra é a Conselheira Tânia.

TÂNIA MARA GARIB - Gostaria de fazer um comentário, porque algo me preocupa muito. Como se chama o Conselheiro?

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Chama-se Guilhermino. Não, é o Anoildo, representante do Ministério do Planejamento.

TÂNIA MARA GARIB - Conselheiro Anoildo, sinceramente, respeitando todos os Conselheiros, nunca a Comissão de Política esteve mais representada com a realidade brasileira do que está agora. Temos o Presidente dos Secretários Estaduais de Assistentes Sociais; a Presidente do Fórum Nacional de Gestores, que representa 5.509 municípios brasileiros; o prefeito municipal que sofre na pele a realidade da implantação da política de assistência Social; um presidente de conselho municipal de assistência social; um representante dos trabalhadores e de instituições.

Não posso conceber que, quando colocamos o tema descentralização, pensem que não sabemos o que estamos fazendo. Sabemos sim. É o ponto do momento. É o desespero nacional dos municípios em saber respostas, em como proceder, saber como lidar com as instituições não-governamentais. Podemos não ter muita capacidade para outras coisas — precisamos nos capacitar como Conselheiros nacionais —, mas temos capacidade para ouvir os usuários da assistência social, que estão passando pelos piores problemas do mundo lá na ponta, e esse tema é importantíssimo.

O que queremos são critérios de qualidade dos serviços oferecidos, seja pelo poder governamental ou não-governamental. Queremos saber como foi esse repasse de dinheiro — pois há municípios com medo de pegar o dinheiro, não sabe se pegam o dinheiro e como o repassa — para poder dar resposta aos municípios, para orientá-los da melhor forma.

Em relação a esse tema não estaremos inseguros. Pode ser que haja outros em que estaremos inseguros, mas sobre este tema proposto, não.

Mantemos essa data.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Também vou, depois voltarei para votar no segundo turno.

Viajaríamos no dia 13. Nos dias 14 e 15 poderíamos passar lá. Mudaria apenas um dia.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Dia 15 é a nossa reunião.

Temos duas propostas, Conselheira. A primeira é de fazermos a reunião nos dias 13, 14 e 15; ou viajar no dia 13 e fazer reunião nos dias 14 e 15. A segunda proposta é fazer essa reunião no mês de novembro, o que foi proposto pela Conselheira Sônia. Temos duas alternativas.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - O Anoildo não esteve na última reunião e não ouviu os apelos que fizemos, que a Tânia citou agora, pois as pessoas estão desesperadas, porque não houve uma reunião ampliada esta ano, e fazíamos quatro por ano. Esse Conselho é totalmente desconhecido dos conselhos estaduais e municipais. É fundamental fazer uma reunião ampliada ainda em outubro.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Essa é a defesa dessa proposta. O Conselheiro Anoildo já fez sua defesa.

O Conselheiro Anoildo quer falar.

ANOILDO FELISDÓRIO DOS SANTOS - Fui citado. A descentralização é um assunto difícil, não é simples. Quem quer que diga que é simples está enganado, pois existe na Constituição desde 1988, para a Saúde, para a Educação, e todos os outros. Está se tentando e é um processo altamente democrático, mas difícil de se fazer, sem dúvida nenhuma.

O que eu estava dizendo, talvez não tenha sido bem entendido, é que deveríamos estar exaurindo um pouco essa questão entre nós, pois eu levanto muitas dúvidas no momento em que alguém fizer uma pauta, sem dúvida nenhuma, pois cada um tem a sua experiência — eu tenho a minha e cada um tem a sua. Na Secretaria do Orçamento, no Ministério do Planejamento, tenho experiência, enquanto outros têm na sua área específica de atuação. Penso que deveríamos exaurir um pouco essa discussão aqui dentro, porque é complicada, não é simples, depois isso seria discutido em um âmbito maior.

Tive oportunidade de ir a Manaus, fui convidado para falar sobre o financiamento da Assistência Social, levei todas as informações de que dispunha na ocasião sobre a Secretaria de Orçamento Federal, o orçamento aprovado e todas as informações necessárias, porque ninguém tinha mais informações sobre o assunto do que a Secretaria de Orçamento Federal. No entanto, o aproveitamento não foi aquilo que eu esperava. As pessoas até começaram a discutir comigo questões sobre a Saúde. Perguntaram-me por que o dinheiro da Saúde estava sendo desviado e houve outras questões. Pensei: onde estou? Estou falando sobre o quê? No fundo, fiquei sem saber o que toda a platéia queria saber sobre o financiamento da Saúde e a descentralização.

O assunto a que me refiro não é quanto ao mérito da comissão. Pelo contrário, pela primeira vez a comissão teve essa capacidade de representatividade, que já foi exposta aqui, sem dúvida alguma.

Precisamos trabalhar um pouco mais essa questão entre nós, porque duvido que todos estejam tranquilos e conscientes do que é um processo de descentralização. Parece algo tão simples, quando se coloca na mesa. No entanto, não é. Podemos trabalhar um pouco isso aqui, para quando chegarmos lá estarmos mais seguros, não sobre o tema, mas sobre a qualidade do que se vai dizer.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Temos duas propostas: uma, para manter a primeira reunião ampliada no mês de outubro, em data que mais ou menos coincida com a reunião do CNAS, dias 15 e 16. Em vez de ser em Manaus, será em Belém. A proposta da Comissão de Política alterou o local.

A segunda proposta é fazer exatamente a mesma coisa, poderá ser em Belém também, mas no mês de novembro. Essa é a proposta da Conselheira Sônia, apoiada pelo Conselheiro Anoldo.

Vou colocar em votação as duas propostas, da seguinte forma: primeiro, a proposta de fazer em Belém, nos dias 15 e 16 de outubro. Depois, votaríamos a proposta da Conselheira Sônia, que seria fazer a mesma reunião em outra data, no mês de novembro.

Vamos votar, em primeiro lugar, a proposta da Comissão de Política. Quem estiver de acordo com a reunião em Belém, nos dias 15 e 16 de outubro, levante a mão. (Pausa.)

GUILHERMINO CUNHA - Eu estarei viajando, mas estou votando.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Peço que apenas os titulares votem.

A proposta de fazer a reunião nos dias 15 e 16, em Belém, ganhou. A proposta da Conselheira Sônia fica prejudicada, uma vez que a outra foi aprovada por maioria.

Vamos passar ao outro tópico da nossa pauta, antes da eleição da Presidência: o seminário que será realizado em agosto.

A Conselheira Fátima vai expor rapidamente a questão.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - É um seminário dentro da proposta que estamos fazendo. Trata-se de um treinamento de Conselheiros extremamente importante.

ROSÂNGELA DIAS DE OLIVEIRA DA PAZ - Diga o nome do seminário.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Vou dar todos os dados que você está pedindo, tenha um pouco de calma, rapidamente direi.

Primeiro, o seminário é importante pelo treinamento para todos os Conselheiros. Segundo, em função do tema: a relação entre os usuários, prestadores de serviços e o Governo. São exatamente essas as questões que estamos lidando no dia-a-dia: a relação Estado, sociedade e Governo.

Gostaria que o Presidente ouvisse, mesmo porque seu nome está sendo cogitado para participar como representante do CNAS.

ROSÂNGELA DIAS DE OLIVEIRA DA PAZ - É promovido por quem?

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - É promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social. Vai contar com a participação de personalidades ligadas à área de Seguridade Social dos Estados Unidos, da Itália e do Chile, que têm grandes conhecimentos sobre o relacionamento entre usuários.

É importante pelo papel que vai desempenhar, inclusive trazendo experiências de outros países, e de países diferentes, como um país latino-americano, um norte-americano e um europeu. Acho que tem uma importância muito grande.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Será aqui em Brasília?

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Sim. Vai se realizar aqui em Brasília, nos dias 17 e 18 de agosto, próximo à data da nossa reunião. Nem encareceria tanto para os Conselheiros que viessem participar, pois são dois dias, e logo depois ocorre a nossa reunião de agosto.

Haverá um painel com as experiências dos três Conselhos da Seguridade: o de Assistência social, o de Saúde e o de Previdência.

A proposta que queremos colocar em discussão é a indicação do nome do Gilson para compor a Mesa e fazer a exposição sobre a experiência deste Conselho.

Depois poderei passar as informações. Ontem cheguei a passar o convite para você, deixei em cima de sua mesa, não fiquei com ele.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Não estou com ele.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Esse convite poderá ser distribuído posteriormente.

Podemos resolver aqui duas questões: a primeira, sobre a participação dos Conselheiros que gostariam de estar nesse evento, inclusive sabendo que é próximo da reunião de agosto, portanto, evitaria despesas maiores. A segunda, indicar o nome do Gilson, representando o CNAS e fazendo a exposição. Além dos três Conselhos daqui, haverá o representante dos Estados Unidos, que fará uma exposição também.

Tanto o tema, como os palestrantes e a proposta que está sendo colocada são extremamente interessantes.

Vamos contar com os Conselheiros da Saúde. É uma hora boa para fazermos um entrosamento entre a Saúde, a Assistência e a Previdência.

Os Conselheiros da Saúde com certeza terão uma grande participação.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Essa questão de representação do CNAS através da minha pessoa, que a Conselheira Fátima está sugerindo, depende, evidentemente, do ponto seguinte da pauta: a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. De maneira que essa questão deve ser adiada, até uma definição nossa sobre o Presidente. De qualquer forma o tema está citado. É um congresso importante. Vai acontecer aqui em Brasília, próximo à nossa reunião, de maneira que é uma questão que não temos como não apoiar.

PAULO BIANCARDI COURY - Sr. Presidente, deveríamos encarar isso daí como uma declaração de voto.(Risos)

Fátima, essa foi uma provocação carinhosa.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Carinhosamente aceito a provocação.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Podemos passar ao ponto seguinte da pauta: a eleição da Presidência e da Vice-Presidência.

Antes de iniciar o assunto gostaria de fazer uma referência ao art. 17, parágrafo 2º, da Lei Orgânica da Assistência Social, que diz explicitamente o seguinte: o Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de um ano, permitida uma única recondução por igual período.

O Regimento Interno do Conselho Nacional de Assistência Social, no seu art. 7º, estabelece ainda que a eleição do Presidente deve ser feita por maioria de 2/3 de todos os delegados, ou todos os Conselheiros do Conselho Nacional de Assistência Social. Somos 17 no momento, porque estamos com deficiência de um titular na área de representante de trabalhadores, embora já tenhamos na rua o edital, convocando a eleição. Com isso precisaremos o mínimo de doze votos, porque seria onze e alguma coisa. Então, precisamos de doze votos para eleger uma chapa para dirigir o CNAS.

Vamos dar a todos os Conselheiros a possibilidade de se pronunciar a respeito do assunto, e tomaremos uma deliberação em função dos encaminhamentos apresentados.

Vou dar prioridade para os Conselheiros titulares presentes falarem. Depois, poderemos ouvir também os demais Conselheiros. Temos aqui presentes todos os Conselheiros titulares, com exceção do José Carlos e da Conselheira Ângela, do Ministério da Previdência, que esteve aqui comigo.

Com relação ao José Carlos, tenho uma observação.

A Conselheira Ângela foi convocada para uma reunião no Palácio e deixou seu telefone para chamá-la tão logo seja necessária aqui a sua presença.

Como há muitas pessoas para falar, podemos dar a ela um prazo. Depois podemos chamá-la para a reunião.

Os nossos Conselheiros titulares terão prioridade para se pronunciarem, sejam eles governamentais ou representantes da sociedade civil.

Gostaria de abrir as inscrições. Quem tem interesse em se pronunciar?

ROSÂNGELA DIAS DE OLIVEIRA DA PAZ - Como é o procedimento da eleição?

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Vamos ouvir primeiro os Conselheiros, porque os primeiros encaminhamentos deverão ser feitos pelos Conselheiros presentes. Depois de ouvir os Conselheiros, se for necessário, se houver algum interesse de articulação de chapa, poderemos eventualmente suspender a reunião. Posteriormente, apresentaremos as chapas e faremos a eleição. Esse é o procedimento que temos adotado aqui no Conselho.

Quem quer se inscrever?

Conselheiros Emerson e Nair querem se pronunciar.

NAIR MARIA DE JESUS GOULART - Quero uma informação sobre o processo eleitoral. Como ele se dá, é voto secreto?

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - O voto é feito individualmente.

NAIR MARIA DE JESUS GOULART - É aberto?

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - É aberto. São só dezoito. Normalmente a votação é feita em aberto.

O Conselheiro Emerson está inscrito em primeiro lugar. Depois, a Conselheira Eurídice, a Fátima, a Nair, o César e a Rosângela. Cada um terá direito a dois minutos para seu pronunciamento.

Antes de passar a esses pronunciamentos, gostaria que o Sr. Secretário-Executivo fizesse uma comunicação ao nosso Conselho, uma vez que o Conselheiro José Carlos está ausente e encaminhou a ele uma correspondência a respeito das eleições, que eu peço que leia.

MARCOS MAIA JÚNIOR - Quero apenas fazer a comunicação solicitada pelo Conselheiro José Carlos. Acho até que seria desnecessário ler, porque os Conselheiros já a estão recebendo. Por estar ausente, representando sua entidade no exterior, em Washington, O Conselheiro José Carlos pediu que eu distribuísse esse documento, em que se apresenta como candidato a Vice-Presidência do CNAS, e que sua candidatura fosse apreciada pelos senhores Conselheiros. Sinto-me muito honrado por ele me ter confiado essa missão, muito importante e honrosa, de trazer para os senhores essa comunicação, em que ele se apresenta como candidato.

EMERSON JOSÉ OSÓRIO P. LEAL - Na reunião passada tive a oportunidade de indicar, ou sugerir, os nomes dos Conselheiros Gilson e José Carlos para ocuparem, respectivamente, a Presidência e a Vice-Presidência deste Conselho.

O meu objetivo é aliar o conhecimento, o equilíbrio, a capacidade do Gilson, à combatividade e competência do José Carlos, representando a sociedade civil. Mais do que nunca este Conselho vai precisar da união de todos nós. Dividir o Conselho e partir para uma disputa não seria bom neste momento. Precisamos avançar. Há um processo de mudanças radicais e profundas no Brasil, e nós, Conselheiros, temos este dever, esta obrigação de protagonizar esse processo de mudança.

Vejo assim o sofrimento enorme, a exclusão imensa existente no Brasil, nesse sistema ainda concentrador, de sorte que temos que desempenhar esse papel importante.

A descentralização é um fato irreversível. Como vai se dar essa descentralização? Os municípios cada vez mais estão assumindo responsabilidades nesse processo. Temos que capacitar os Conselhos municipais, para que possam bem desempenhar suas funções. Mais do que isso, vamos capacitar os Conselhos para quê? Essa é a indagação. Qual será o papel desses conselhos? Nós vamos definir isso.

Temos que fazer, Sr. Presidente, as três operações fundamentais da Aritmética: somar esforços, dividir tarefas, para multiplicar os resultados. Para conseguirmos isso é fundamental a união de todos.

Sem ter nenhuma clarividência ou poder de vidência, desde o primeiro momento levantei o nome do Conselheiro Gilson para Presidente e o do Conselheiro José Carlos para Vice-Presidente.

Volto neste instante a apresentar esses nomes, e espero que os Conselheiros acolham essas indicações.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Agradeço ao Conselheiro Emerson. Evidentemente já tivemos a oportunidade de presenciar sua manifestação na reunião anterior.

Vou passar a palavra à Conselheira Eurídice.

EURÍDICE DE NÓBREGA VIDIGAL - Reforço as colocações do Conselheiro Emerson, e quero me juntar a ele na mesma proposta, acrescentando que a vivência, a experiência, a participação aqui no Conselho, ao longo deste último ano, deixou algo claro para mim: quando se organiza um processo é muito complicado ficar alterando a toda hora, pois se perde em qualidade. É necessário um espírito muito ponderado para conciliar posições no sentido de que se avance democraticamente no processo. Essa chapa é excelente, porque contempla os dois lados da questão: a postura ponderada, conciliadora do Gilson, Presidente; e a postura muito combativa, que é fundamental — sem o espírito de destruição, mas de composição —, do Conselheiro José Carlos.

Gostaria de reforçar essa posição, e submeter mais esse dado à reflexão de vocês.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Agradeço também a Conselheira Eurídice pela manifestação.

Passo a palavra à Conselheira Fátima.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Ontem tivemos uma discussão com a sociedade civil e vimos que esse processo de eleição do CNAS sempre se deveria pautar por determinados pontos que nos unifiquem. Independentemente de nome, esse processo vai

continuar, e gostaríamos que determinadas questões fossem aceitas pelo Presidente como uma espécie de compromisso. Houve isso na outra eleição, e gostaríamos que nesta as propostas fossem feitas de acordo com a realidade de hoje.

Vou ler algumas propostas e talvez passe de dois minutos. Peço desculpas, não são idéias minhas, mas do grupo, de praticamente todas as pessoas da sociedade civil aqui presentes.

Se passar de dois minutos, desculpem-me.

Os pontos que achamos relevantes: a defesa da Seguridade Social como promotora da universalização dos direitos sociais.

A defesa da LOAS contra as investidas e mutilações da lei e em prol de sua ampliação como política pública.

A garantia do caráter deliberativo e participativo do CNAS, com suas representações asseguradas.

A revisão do conceito de filantropia.

Influenciar na elaboração e aprovação os orçamentos da Seguridade e da Assistência Social e mantê-los sob fiscalização.

Manutenção do CNAS política e economicamente.

O fortalecimento de suas comissões e grupos de trabalhos.

Trabalho articulado com os conselhos da área de Seguridade Social e outros afins, como exemplo, o CONANDA.

Articulação com os conselhos municipais e estaduais, com o FONSEAS, com as Secretarias Estaduais e Municipais de Assistência Social, universidades, COGEMAS e outros órgãos de Assistência Social.

Priorizar o entendimento de trabalhos comuns com o órgão gestor: SAS - Ministério da Previdência e Assistência Social.

Publicizar as ações do CNAS.

Regulamentar imediatamente os benefícios de prestação eventuais.

Além desses benefícios, torna-se urgente também definir a aprovação da Política Nacional de Assistência Social.

Fazer a revisão da NOB, junto à SAS.

Determinar os critérios de transferência de recursos.

Definir e divulgar critérios de avaliação de entidades pelos conselhos municipais de assistência social, já amplamente debatidos aqui.

Garantir as reuniões ampliadas.

Garantir os treinamentos para Conselheiros.

Garantir, por parte da Presidência, a gestão participativa, com duas propostas: primeira, já utilizada em duas gestões anteriores, reuniões da Presidência com os coordenadores das comissões, para definição de ações e articulação das reuniões. Segundo, o Conselho Nacional de Assistência Social é o órgão máximo de deliberações. Evitar, portanto, o tratamento *ad referendum*. As maiores decisões devem ser tomadas pelo Conselho de Assistência Social.

Ampliar espaços para que representantes da sociedade civil possam vir a ser Presidente do Conselho.

Presença da SAS nas comissões, principalmente nas de Política e de Financiamento. Provavelmente na de Normas também.

Garantir melhores orçamentos para a Assistência Social.

Modificar gradativamente a legislação vigente, para que facilite a descentralização da Assistência Social.

Revisão do decreto do BPC, que dificulta o atendimento das pessoas, principalmente daquelas que são portadores de deficiência.

Decisão final sobre o escritório de representação do CNAS nos Estados, com a proposta de fechamento dos mesmos, e passar suas atribuições aos Estados e/ou à SAS, de acordo com a realidade da descentralização no País.

Por fim, esforçar-se ao máximo para a aplicação das deliberações da Conferência Nacional de Assistência Social, estabelecendo o planejamento estratégico, o controle e avaliação de ações, de forma articulada e participativa, com os órgãos e organizações evoluídas no processo.

Consideramos que, apesar de ser um elenco de atribuições, são atribuições fundamentais para que sejamos, de fato, um Conselho Nacional de Assistência Social.

Explanamos essas propostas para que haja unidade, pois consideramos que o CNAS não é a sociedade civil nem o Governo. O CNAS é o Governo e a sociedade civil, portanto, que essas atribuições sejam assumidas pela nova Presidência e pelo conjunto de Conselheiros do CNAS.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Esses temas são extremamente relevantes e bem colocados. Acredito que qualquer um que venha ocupar a direção do CNAS não poderá se afastar desses temas fundamentais.

TÂNIA MARA GARIB - Em relação ao assunto exposto pelo Conselheira Fátima, poderia tecer um comentário neste momento?

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Peço que a Conselheira Tânia fale depois dos inscritos. Vou inscrevê-la pela ordem.

TÂNIA MARA GARIB - Quero pedir uma consideração, pois estou saindo para ir para Goiânia.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Está bem.

TÂNIA MARA GARIB - Vejo uma certa incoerência em relação a um item exposto pela Conselheira Fátima. Exatamente um pleito que o Fórum Nacional de Gestores de Assistência Social está lutando drasticamente para que ocorra. Hoje vemos os escritórios da SAS nos Estados, em parceria com as Secretarias, assumindo um grande papel nesse processo de descentralização. Estamos inclusive pedindo, que se amplie a equipe das pessoas que trabalham nos escritórios. Vamos marcar uma audiência com o Ministro para solicitar isso.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Você não entendeu. Sou funcionária de um desses escritórios. Não estou pedindo a extinção dos escritórios da SAS. Estou pedindo a

extinção dos escritórios de representação do CNAS, que existem nos Estados. Ao contrário, estou pedindo que essas atribuições sejam exercidas pelos escritórios de representação da SAS. Fique claro que não propus a extinção dos escritórios da SAS.

TÂNIA MARA GARIB - Está bem.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Ficou claro, agora?

Estou falando dos escritórios de representação do CNAS nos Estados, talvez por isso tenha havido a confusão.

NAIR MARIA DE JESUS GOULART - Qualquer candidato em época de eleição, normalmente promete o céu e, às vezes, não realiza nem o que está mais perto. Na verdade estou fazendo uma brincadeira, mas quero dizer que a minha expectativa, como representante de um setor da sociedade civil, é que de fato este Conselho, primeiro, possa se fortalecer cada vez mais; segundo, possa cumprir as metas que estão muito claramente definidas para todos os que estão aqui. Terceiro, que essa capacidade de articulação entre a sociedade civil e os representantes governamentais seja cada vez mais um instrumento facilitador para que a ação do Conselho Nacional possa realmente dar os resultados que aqui tão bem foram expostos pelo nosso Prefeito e pelos vários outros representantes, é a expectativa que todos trazemos.

É importante, em um momento como esse, sairmos daqui com uma posição unificada, sabendo claramente o que desejamos como Conselho Nacional, conhecendo o nosso papel como Conselho Nacional, papel de facilitador, de criar condições para que o processo de descentralização aconteça. É um desafio para todos nós, e já está na Constituição, que a sociedade civil e órgãos governamentais têm a tarefa de implementar. Portanto, a nossa maior expectativa é de que este Conselho — o nosso Presidente e o Vice-Presidente, que não trabalham sozinhos, precisa também haver o apoio e a participação dos membros que estão aqui no Conselho — seja cada vez mais transparente e democrático, que as informações sejam muito bem transmitidas entre todos nós, porque elas nos servem para o trabalho que desenvolvemos, cada um com suas especificidades, nas suas entidades.

Existe a possibilidade de o Presidente representar o Governo, e o Vice-Presidente, a sociedade civil, ainda nesta gestão. Mas acredito que também é possível trabalhar e pensar na alternância, na possibilidade de podermos ter alguém da sociedade civil que possa assumir essa tarefa de presidente em uma próxima gestão.

Considero importante que o Gilson continue na Presidência e que o nosso companheiro José Carlos assuma a Vice-Presidência.

Conheço pouco o Gilson, mas creio que tanto o Presidente como o Vice têm que ser muito firmes, muito combativos, muito coerentes e devem ter muita certeza do compromisso que estão assumindo conosco, que representamos a sociedade civil, e com o Governo, que também têm a tarefa de encaminhar a política social neste País. Há uma dívida enorme, uma dívida muito grande das políticas públicas com o povo brasileiro.

A nossa expectativa é que esta eleição sirva para dar um fortalecimento maior ao Conselho e que possamos, cada um em sua entidade, fortalecer cada vez mais, ser mais coerente e profundo na política social.

No caso das políticas sociais, o Governo está devendo muito, pois há uma dívida muito grande para com o nosso povo.

Essa é a minha expectativa.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - As palavra da Conselheira Nair foram muito firmes no sentido de ressaltar essa importância do trabalho bem unificado da direção do CNAS, da Presidência e da Vice-Presidência.

Estamos no momento de construir. Hoje temos plenas condições no Conselho, para desenvolver um trabalho como o que foi mencionado pela Conselheira Nair.

Agradeço sua manifestação em relação à chapa já proposta neste Plenário pelo Conselheiro Emerson e referendado pelos demais Conselheiros que se pronunciaram.

Passarei a palavra ao Conselheiro César.

CÉSAR RODRIGUES VIANA - Estou aqui representando o Fórum Nacional dos Secretários da Assistência Social. Na última reunião que fizemos em Canela, elaboramos uma

carta e acreditamos que foi aquela em que se discutiu com mais profundidade os problemas da Assistência Social que vivenciamos.

Discutimos também na Carta de Canela o relacionamento dos Secretários com o Ministério da Previdência e Assistência Social, e com o próprio CNAS. Lendo essa carta vemos no primeiro item uma posição muito crítica, forte, no que trata do relacionamento com a SAS, basicamente com o Ministério da Previdência e Assistência, onde pedimos maior facilidade, maior nível de comunicação, melhor relacionamento entre os Estados, através dos Secretários, da SAS e do Ministério do Trabalho.

Passamos por uma fase em que o relacionamento, de alguma forma, foi um pouco conflituoso e principalmente havia uma falta de comunicação muito grande.

Nessa mesma oportunidade tivemos a idéia de trocar informações com alguns secretários que estavam presentes, e chegamos à conclusão de que o relacionamento com o CNAS é considerado bom, enquanto o relacionamento com a SAS precisa ser modificado, em função da comunicação e de outros problemas. Julgamos que o relacionamento com o CNAS tem sido de alto nível.

Para nós, o CNAS é uma peça extremamente importante nesse processo de descentralização, na construção desse novo modelo com a descentralização.

Existem muitos colegiados neste País e nos relacionamos com alguns, inclusive. No Maranhão, há tempos sou Secretário da área da Assistência Social. Acumulo também as funções de Secretário da área do Trabalho, na área da habitação, e trato de um problema muito nosso: a área indígena.

Vemos que alguns conselhos têm maior ou menor credibilidade. Reputamos o CNAS como um conselho de credibilidade. Acreditamos que todos nós, Conselheiros, temos contribuído para elevar mais esse nível de credibilidade.

De uma forma especial Presidente, os nossos Secretários, componentes do FONSEAS, pediram-me para que votasse pela manutenção do Gilson como Presidente do Conselho.

Quanto ao Vice-Presidente, ainda não conheço o José Carlos, mas me parece se tratar de uma chapa com certa unanimidade, uma certa coerência e apoiamos também essa indicação.

Como o Emerson e a Tânia — estamos lá na ponta —, sentimos que a Assistência Social está mudando, do ponto de vista da cultura, da organização das estruturas do município, das pessoas qualificadas. Cada vez mais os municípios estão colocando pessoas qualificadas para trabalhar na Assistência Social. Confundíamos a Assistência com o “primeiro-damismo”. Embora haja muitas primeiras-damas excelentes de Secretários Municipais, sentimos que muitos municípios estão colocando pessoas especializadas nessa área. Está havendo toda uma mudança comportamental no que diz respeito a essa ação do município, onde realmente acontecem as coisas.

Acreditamos que essa ação, essa mudança comportamental tem uma parcela de contribuição muito grande do CNAS e de seus Conselheiros.

Como representante dos Estados e Presidente do Fórum Nacional de Assistentes Sociais, apóio e declaro meu voto favorável ao Gilson e ao Vice-Presidente, José Carlos, indicado pela maioria.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Vindo esse pronunciamento do Presidente do FONSEAS, sinto-me profundamente honrado, na medida em que transmite aqui o ponto de vista dos Secretários de Estado da Assistência Social.

Agradeço muito a manifestação do Conselheiro César.

Espero que os Estados possam dar uma grande contribuição ao desenvolvimento do trabalho deste Conselho, uma vez que, como ele bem ressaltou, estão lá na ponta e estão sentindo os problemas da Assistência Social diuturnamente.

CESAR RODRIGUES VIANA - Aproveito a oportunidade para colocar o Estado do Maranhão como local para sede de uma futura reunião ampliada. Além de Secretário, sou Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social. Inclusive fui reeleito. Estou concluindo o meu segundo mandato. Agora vou fazer tudo para que a sociedade civil assuma a Presidência do

Conselho. Normalmente, dentro do espírito transmitido pela Nair e pela Fátima, queremos essa alternância no Maranhão.

Coloco o Estado do Maranhão, o Conselho Estadual e a Secretaria Estadual disponíveis para colaborar em uma reunião ampliada. Seria um prestígio muito grande para nós, do Estado do Maranhão, sediar um encontro dessa ordem.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Agradeço mais uma vez e passo a palavra à Conselheira Rosângela.

ROSÂNGELA DIAS DE OLIVEIRA DA PAZ - Gostaria de trazer ao conhecimento de todos a discussão realizada na Diretoria da ABONG. Tivemos uma reunião da Diretoria e, entre os temas tratados, conversamos um pouco sobre o CNAS e o seu processo eleitoral.

A ABONG parte de uma avaliação geral, que parece que norteia a da maioria das entidades da sociedade civil: a distribuição de renda, a pobreza e a desigualdade no Brasil. Para nós esse é um ponto central. O grande problema que identificamos no Brasil é a desigualdade e a pobreza. O Brasil é um dos piores países em distribuição de renda. Todas as nossas prioridades estão organizadas em função disso. Quais os impactos sociais dessa ou daquela política, quais os resultados no enfrentamento da pobreza e da desigualdade? A política de Assistência Social é uma prioridade para nós, no sentido de estarmos investindo na busca de projetos alternativos de políticas, e enfrentamento à pobreza e à desigualdade.

Parece-nos que são imensos os desafios, as tarefas e as responsabilidades do CNAS, dos conselhos estaduais e municipais.

Na ponta, como disseram o César e a Tânia, temos que buscar as alternativas, articular as ações, buscar a participação, otimizar recursos e nos articularmos com outras políticas.

A ABONG, em primeiro lugar, reafirma seu compromisso como entidade, de estar contribuindo com o CNAS nas diferentes instâncias. Não vou repetir os pontos que a Fátima

explanou. Concordamos com eles, discutimos esses pontos na nossa reunião e fizemos uma avaliação no sentido de que a gestão anterior já havia exposto esses compromissos.

A gestão anterior enfrentou uma série de dificuldades e problemas internos do CNAS e de relacionamento com o Governo, particularmente com o Executivo.

Gostaria de ressaltar um ponto muito firmado na nossa avaliação: a gestão colegiada, mais partilhada internamente no CNAS. Parece-me que desde a gestão anterior havia uma proposta de que o trabalho do Presidente e do Vice-Presidente fosse colegiado com os Presidentes das Comissões temáticas. Gostaríamos de reafirmar a importância disso, pois me parece que esse trabalho coletivo entre o Presidente, o Vice e as três Presidentes das Comissões é importante no sentido de se ter um trabalho mais coordenado, mais articulado. No caso da Comissão de Normas, seria a Ângela; no da de Financiamento, a Fátima; na de Política, a Tânia. Seria importante sentar periodicamente com o Presidente e o Vice-Presidente, discutir as prioridades dos trabalhos, fazer gestões conjuntas, junto aos Ministérios. Não ser só uma responsabilidade do Presidente e do Vice-Presidente, mas do colegiado. Gostaríamos de reafirmar esta proposta, que já era da gestão anterior: uma gestão mais participativa com o Presidente e o Vice-Presidente.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - A Conselheira Rosângela lembrou um ponto que já foi enfatizado por diversos dos oradores que a precederam: a necessidade de um trabalho do colegiado de forma partilhada, de uma experiência coletiva de trabalho com as comissões.

Gostaria de dizer que no tempo em que estive à frente da Presidência do CNAS procurei exatamente buscar esse tipo de participação de todos os Conselheiros nessa tarefa da Presidência. Infelizmente, nesse período anterior houve uma série de desafios para o Conselho, tivemos que realizar a II Conferência Nacional de Assistência Social com um trabalho muito participativo. Estavam presentes pessoas do Brasil inteiro na II Conferência e das comissões preparatórias.

Procedemos às eleições dos novos Conselheiros do CNAS, tarefa que teve uma série de percalços, uma vez que tivemos uma série de dificuldades, todas superadas dentro da lei, dentro do melhor estilo democrático.

As lembranças da Conselheira Rosângela são extremamente pertinentes, de maneira que qualquer um de nós que venha ocupar a Presidência do CNAS realmente tem que estar aberto para esse trabalho participativo. Do meu ponto de vista esse trabalho tem que ter uma característica: ser de construção. Hoje, no Brasil, não podemos continuar jogando pedras sobre nós mesmos, pois o desafio é enorme. O desafio é erradicar a pobreza absoluta, reduzir desigualdades sociais, reduzir desigualdades regionais e isso não se faz sem um trabalho participativo.

Agradeço as palavras da Conselheira Rosângela, suas palavras foram muito bem colocadas.

Não sei se o Conselheiro Luiz Geraldo pediu a palavra, mas passarei a ele, para fazer suas considerações.

LUIZ GERALDO DE MATTOS - Gostaria de fazer algumas considerações muito rápidas. Estamos participando de um processo muito gratificante. Em primeiro lugar, muitas vezes pensamos estar naquela posição do passarinho que tentava apagar um incêndio na floresta, carregando água no bico. Evidentemente, cada um cumprindo o seu papel, apagamos o incêndio, mesmo porque sabemos que o oceano se constituiu a partir da primeira gota d'água.

É claro que uma política social, em países em desenvolvimento, sempre começa com um grande passo, para uma longa caminhada. É isso o que estamos fazendo: os primeiros passos já foram dados e estamos continuando.

Aqui no Conselho vivemos mais um momento histórico, mais um encaminhamento, mais um crescimento, a subida de mais um degrau e um momento de união, de esforço para crescermos, cada um de nós, como seres humanos e sobretudo como grupo, como ação que representamos, especialmente em um país continental como o Brasil.

Gostaria só de fazer uma solicitação à Mesa. Gostaria de saber se há algum outro nome inscrito, a não ser o da chapa do Presidente Gilson e do Conselheiro José Carlos. Consulto a Secretaria se há alguma outra chapa.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Acredito que até agora não houve nenhuma manifestação. O Sr. Secretário tem alguma manifestação?

MARCOS MAIA JÚNIOR - Não.

LUIZ GERALDO DE MATTOS - Então, já consideramos esgotado o prazo de apresentação, pois acabou o prazo limite de sensatez.

Consulto mais uma vez a Presidência se há algum impedimento, em uma situação como essa, em se conseguir um consenso. Pode ocorrer uma situação em que, não havendo outro candidato, poderia se proceder ao processo de eleição por aclamação? Há algum impedimento que seja feito isso?

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Proponho que seja feito nominalmente.

LUIZ GERALDO DE MATTOS - Estou perguntando se há impedimento.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Regimentalmente temos que recolher a participação de cada um, uma vez que necessitamos de um *quorum* qualificado de 2/3. Esse *quorum* evidentemente exige a contagem dos votos, do contrário não teríamos como avaliar essa proporcionalidade.

O Colégio Eleitoral é composto por todos os Conselheiros titulares, de maneira que, infelizmente, vamos ter que colher o voto individual de cada um, para ficar registrado em ata e, inclusive, posteriormente podermos dar posse ao Presidente e ao Vice-Presidente eleitos.

Agradeço ao Conselheiro Geraldo. Passo a palavra para que ele faça suas considerações finais.

LUIZ GERALDO DE MATTOS - Propus isso para ganhar tempo. Desde que houvesse número suficiente, poderíamos ganhar muito tempo com algo que não irá ser modificado.

Mas já que há essa necessidade, é bom para que os Conselheiros futuros não ponham em dúvida a nossa sensatez.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Conselheiros.

JOÃO BATISTA LIMA FILHO - Como a palavra está restrita ao titular, no caso de o José Carlos não ter comparecido, assumo a titularidade e tenho o direito à palavra?

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Claro, inclusive o direito de se pronunciar.

JOÃO BATISTA LIMA FILHO - Estamos nos encaminhando para o voto e várias coisas já foram explicitadas aqui. A instituição que represento neste momento comunga com todos os tópicos já relacionados pela Conselheira Fátima.

Quero deixar registrado em ata a eficiência e a dedicação dos funcionários do CNAS, pois tivemos a oportunidade de acompanhar, ao longo do dia, as dificuldades que existem desde que o processo chega no protocolo.

Vou citar o Marcos, com 500 processos para serem analisados, e há cinco analistas lá. Tive oportunidade de conhecê-los ontem e ver a dificuldade do trabalho. Mereceria de nós uma carta de credibilidade e devemos parabenizá-los pelo trabalho realizado pelos funcionários fixos do CNAS.

Gostaria de tratar de outra questão. Já divulgando algo em causa própria, sobre uma determinada faixa populacional, pois ano que vem será o Ano Internacional do Idoso.

Como o Conselheiro César disse, o CNAS tem credibilidade.

Já que nos encaminhamos para a recondução do senhor, Dr. Gilson, que fique obrigado a comparecer à reunião da Câmara de Política Social da Presidência da República, presidida pelo Professor Vilmar Farias. Ele se comprometeu a inserir três tópicos fundamentais

em relação à Política Nacional do Idoso. O item 1 seria divulgar essa política, através da Secretaria de Comunicação Social. A própria Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, presente à essa reunião, se comprometeu a anunciar a política do idoso nos seus programas, como o Brasil em Ação e outros, em rede nacional. Já se passaram quatro meses e não vimos isso ser divulgado.

A segunda questão é que o próprio Professor Vilmar Farias se comprometeu de fazer gestões perante o CNPq no sentido de que crescesse a pesquisa sobre o envelhecimento no País, e que fossem liberadas verbas para isso também, o que também não tem sido encaminhado ou não temos notícias a esse respeito.

A única coisa que sabemos que tem sido encaminhado, até em função do Presidente, é o Programa Nacional de Cuidadores Domiciliares de Idosos. O Conselheiro Gilson é representante da Política Nacional do Idoso no Ministério do Trabalho e está viabilizando financeiramente, através do FAT, a capacitação de algo em torno de 5 mil cuidadores familiares de idosos, ao longo desse País.

Estou encaminhando como se Vossa Senhoria fosse o Presidente eleito. Peço que utilize o cargo do CNAS, como um órgão de credibilidade, o que já foi dito pelo Secretário Estadual, para implementar a Política Nacional do Idoso. É difícil implementar, pelo menos os três tópicos comprometidos pelo Professor Vilmar Farias. Espero que isso realmente seja posto em prática.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Agradeço a manifestação do Conselheiro João Batista e gostaria de prestar um esclarecimento aos senhores Conselheiros, inicialmente sobre esse Programa Nacional de Cuidadores de Idosos. Gostaria de anunciar que estará sendo realizado o I Curso Nacional para Cuidadores de Idosos de todo o Brasil, no final de semana, na cidade de Pirenópolis, próximo a Brasília, com recursos do FAT. Isso já foi acertado e será desenvolvido na próxima semana, do dia 16 em diante, na cidade de Pirenópolis. O objetivo desse curso é formar formadores para capacitar pessoas em todos os Estados Brasileiros. Deste curso deverão participar diversos profissionais indicados pelos Estados brasileiros. Contará com a participação de universidades, professores universitários de São Paulo, para formar esses

formadores. Esse é um primeiro ponto, muito importante, tendo em vista que o ano que vem, como foi bem lembrado, será o Ano Internacional do Idoso.

Já tive a oportunidade de ouvir a manifestação do professor Vilmar Faria, em uma reunião com o Ministro da Previdência. Realmente, todos esses pontos foram compromissados pela Presidência da República de se dar uma atenção especial à política do idoso, particularmente porque o ano que vem é o Ano Internacional do Idoso.

A propósito de formação, gostaria de dizer que o nosso Ministro pediu ontem para dizer que já está de posse de todo o nosso programa de reuniões para o Conselho Nacional da Assistência Social. Ele pretende estar presente às nossas reuniões, inclusive agendou isso. Hoje ele não pôde comparecer pois está no Rio de Janeiro fazendo uma palestra para o pessoal da Academia de Agulhas Negras, mas me garantiu que vai colocar na sua agenda todas as reuniões do CNAS.

Essa questão de formação é uma preocupação que o Ministro queria que eu transmitisse aqui a todos os Conselheiros. De maneira que as palavras do Conselheiro João Batista vão ao encontro da própria intenção do Senhor Ministro da Previdência.

Não há mais ninguém inscrito?

SONIA MARIA RIBEIRO MOREIRA - Só quero expressar meu prazer, de hoje e de reuniões anteriores, de estar aqui como Conselheira do CNAS. Sem vincular o que vou dizer à questão da eleição e à indicação do Gilson como candidato, por ele ser representante do Governo e eu também, mas porque a minha representação do Governo aqui é circunstancial. Até nem venho aqui só me sentindo representante do Governo, mas venho sentindo-me uma cidadã, mulher, uma pessoa humana e uma pessoa que sempre defendeu posições bastante parecidas com a da maioria das pessoas que estão aqui. Entretanto, tenho uma sensação de alívio de sentir que conversamos com muito amadurecimento, com muita elegância e com muito vontade de construir um coisa só, nós todos juntos aqui. Não queria que encerrássemos hoje sem que eu tivesse feito esse sincero depoimento, para dizer que venho para cá sem a sensação de estar vindo para *pelear*, como se diz em espanhol, mas sim com a sensação de nos aproximarmos de um objetivo maior, do qual aceitei participa, como todos aceitamos. Obrigada.

CLAUDIO LUIZ LOTTENBERG - Evidentemente que antes de se iniciar uma nova gestão, encerra-se uma gestão. Assim, é no mínimo um ato de reconhecimento um voto de louvor ao Presidente que encerra a sua gestão no dia de hoje. Isso merece um registro, efetivamente.

Por outro lado, gostaria de sugerir que fosse feito por parte do setor competente algum trabalho de assessoria de imprensa no sentido de divulgar a eleição dos novos Presidente e Vice-Presidente do Conselho. Sabemos que vivemos em um País onde cerca de 50% da população têm acesso aos meios de comunicação escrita, inclusive de televisão. Evidentemente que uma oportunidade como essa é uma chance a mais para legitimar e trazer a expressão do Conselho dentro do seio da população.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Agradeço ao Conselheiro Cláudio os cumprimentos à Presidência que encerra hoje a sua atividade. Ao mesmo tempo, coloco-me, dentro do possível, para atender ao que os Conselheiros estão propondo para a próxima gestão.

PAULO BIANCARDI COURY - Quero fazer minhas as palavras da Conselheira Sônia, pois realmente a sensação de vir para cá em reuniões anteriores era a de uma obrigação pesada. Agora, quando recebemos o fax nos convocando, é como se fosse um convite para vir a um lugar agradável.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - É importante esse clima de trabalho em um Conselho como esse, principalmente porque temos as origens mais variadas possíveis. Há uma diversidade. Evidentemente nunca teremos posições idênticas sobre tudo, mas o objetivo do Conselho é exatamente este: reunir as diversidades e conseguir avançar.

Estamos com as inscrições encerradas para as manifestações sobre a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, a menos que haja mais alguma manifestação.

Consulto os senhores Conselheiros se poderemos passar à fase de composição da chapa aqui apresentada e para a votação desse chapa. Se concordarem que podemos

constituir a chapa aqui colocada, gostaria que a fase de votação fosse anotada e registrada pelo nosso Secretário-Executivo aqui presente, para que ficasse devidamente feita a chamada e registrados os votos dos Conselheiros. Temos a lista de presença e todos os Conselheiros estão presentes, com exceção da Ângela, com quem tentamos uma comunicação, mas infelizmente o telefone onde ela se encontra não está atendendo.

A chapa proposta tem como candidato o atual Presidente para a Presidência e para Vice-Presidente o Conselheiro José Carlos.

Se houver consenso, essa será a chapa indicada, a menos que surja alguma outra alternativa.

Sr. Secretário, peço que o senhor faça a chamada para a votação nominal dessa chapa, uma vez que não houve outras indicações.

MARCOS MAIA JÚNIOR - Vou aproveitar a lista de presença, pois é mais fácil para marcar. Passarei, pela ordem, ao Conselheiro Paulo Coury.

PAULO BIANCARDI COURY - Voto favoravelmente a essa chapa apresentada.

ANTÔNIO LUIZ P. RIBEIRO LEITE DE BRITO - Em função da presença do suplente, será que não poderíamos votar moralmente, mesmo que não constasse?(Risos)

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - O Conselheiro está lembrando que os suplentes não usaram da palavra. Se alguém quiser se manifestar após a votação...

Já estamos em processo de votação, vamos em frente.

SONIA MARIA RIBEIRO MOREIRA - Voto favorável à chapa.

EURÍDICE DE NÓBREGA VIDIGAL - Voto favorável à chapa.

ANOILDO FELISDÓRIO DOS SANTOS - Voto favorável à chapa apresentada.

CRISTINA MARIA SILVA ALBUQUERQUE - Voto favorável à chapa.

CESAR RODRIGUES VIANA - Voto favorável à chapa.

EMERSON JOSÉ OSÓRIO P. LEAL - Voto favorável à chapa.

ROSÂNGELA DIAS DE OLIVEIRA DA PAZ - Voto na Vice-Presidência e me abstenho de votar na Presidência. Quero fazer a declaração de abstenção. Não há nenhuma questão pessoal em relação ao Gilson, muito pelo contrário, a minha disposição é de continuar colaborando. Mas há uma avaliação na ABONG, que foi Vice-Presidente na gestão anterior, sobre os inúmeros problemas da gestão anterior, sendo que alguns deles creditamos à condução da Presidência e da Vice-Presidência, então, minha decisão é pela abstenção e continuar colaborando com o processo.

MARCOS MAIA JÚNIOR - Está registrado.

MARIA TEREZA DINIZ - Voto favorável à chapa.

MARCOS MAIA JÚNIOR - O Conselheiro suplente, representante do José Carlos Lassi, Conselheiro João Batista irá votar.

JOÃO BATISTA LIMA FILHO - Voto a favor da chapa, porém respeito a posição da Conselheira Rosângela, da ABONG.

MARCOS MAIA JÚNIOR - Repita, por favor.

JOÃO BATISTA LIMA FILHO - Meu voto é favorável à Presidência e Vice-Presidência, porém respeito a posição da Conselheira.

MARIA DOLORES CUNHA PINTO - Voto favorável à chapa e faço um destaque: a sociedade civil discutiu e considerou importante fazer um posicionamento de apoio à ABONG pelo seu voto. Somos favoráveis à chapa.

CLAUDIO LUIZ LOTTENBERG - Voto favoravelmente à chapa.

LUIZ GERALDO DE MATTOS - Voto de acordo com a chapa.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - A eleição é um ato de democracia. Temos que aceitar as divergências, como disseram alguns Conselheiros. Abstenho-me com relação à Presidência. Não tenho nada em particular, muito pelo contrário. Isso tem que ser entendido com uma questão política.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social discutiu bastante para tomar essa posição, inclusive com outras entidades da área de Assistência Social. Concluimos pela abstenção do voto na Presidência. Votamos no José Carlos para Vice-Presidente.

Quero declarar por que a Confederação tomou essa posição. Algumas decisões importantes, tomadas pela Presidência na gestão passada, não foram cumpridas, e eram questões extremamente importantes.

Coloco a Confederação, falo em meu nome também, à disposição da Presidência para todos os trabalhos possíveis e necessários, para o fortalecimento do CNAS.

MARCOS MAIA JÚNIOR - Voto registrado.

NAIR MARIA DE JESUS GOULART - Voto favoravelmente à chapa, ao Presidente e ao Vice-Presidente, porém respeito muito a posição da ABONG e da Conselheira Fátima, porque creio ser um voto com base na experiência de vida no Conselho. A nossa

entidade dá um voto de confiança, acreditando que essa chapa será capaz de cumprir os objetivos aqui estabelecidos nesta eleição.

MARCOS MAIA JÚNIOR - Gostaria de registrar que tivemos treze votos favoráveis à chapa, portanto, foi atendido o *quorum* exigido pelo Regulamento. Houve duas abstenções para a candidatura à Presidência.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - As abstenções também são contadas como votos.

MARCOS MAIA JÚNIOR - Claro. Ainda não acabei de falar.

Para presidente, treze votos favoráveis e duas abstenções. Portanto, quinze Conselheiros votaram para a presidente. Houve quinze votos favoráveis à Vice-Presidência. Por conseguinte, foi atendido o Regimento. Estão eleitos o Dr. Gilson Dayrell e o Conselheiro José Carlos, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.(Palmas)

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - São quinze votos, faltou a Ângela e quem mais?

MARCOS MAIA JÚNIOR - Gostaria de informar que vamos fazer um termo de posse. Em função do tempo, gostaria de pedir permissão ao Presidente para proceder à leitura, se já estiver pronto, pois deixamos apenas o nome do Presidente para preencher. Peço que todos assinem o termo de posse, antes de encerrarmos a sessão, para que isso fique legitimado e oficializado.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Antes de assinar esse termo de posse quero registrar a minha profunda emoção, novamente, por ter sido indicado pelos Conselheiros para ocupar a Presidência do CNAS. Conforme todos sabem, este é um cargo que muito dignifica e honra o seu ocupante. Já tive a oportunidade de verificar isso nas diversas vezes

em que pude participar da vida pública no Brasil, como representante do Conselho Nacional de Assistência Social. É um cargo de que muito se espera no País.

Foi muito bem lembrado pelo demais Conselheiros que a questão social é central hoje no País. Particularmente penso que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso tem sido, muitas vezes, até injustamente acusado de estar relegando a parte social. Digo isso aqui na área da Assistência Social, pois temos informações sobre o assunto. O orçamento da Assistência Social mais do que triplicou em três anos, de 1995 até 1998. Objetivamente vemos esses dados quando aprovamos o orçamento. No ano de 1995, o orçamento foi de pouco mais de 300 milhões. Aprovamos 2 bilhões e quase 200 milhões de reais, para o ano de 1999, mas não temos a segurança de que isso vai ser cumprido. Isso significa um aumento real, isso significa que há um trabalho efetivo na área da Assistência Social.

Tenho dito, em muitas oportunidades, que nós, brasileiros, precisamos deixar de aspirar a mínimos. Hoje, o País quer aspirar a mais do que mínimos sociais. A área da Assistência Social tem a atribuição de prover mínimos sociais, exatamente porque a pobreza absoluta no País, as desigualdades sociais são de tal natureza que esses mínimos sociais são indispensáveis à sobrevivência. É uma questão de assegurar o direito à vida, um direito que todo o cidadão tem. Mas precisamos aspirar a uma nova inserção de Assistência Social nesse quadro do desenvolvimento, que agora é uma das metas do Presidente Fernando Henrique, para sua reeleição: a meta do desenvolvimento. A meta da inserção da Assistência Social como a que vai fazer toda essa integração da sociedade, procurando construir uma sociedade onde realmente os idosos, os carentes, os portadores de deficiência tenham uma chance de se inserir nesse processo de desenvolvimento, de se inserir no mercado, de se inserir na vida socioeconômica da comunidade.

Seria uma grande meta para nós, do Conselho Nacional de Assistência Social, procurar não lutar só por mínimos. Isso é importante, mas muitas vezes esses mínimos estão balizados por condições tais que suas soluções não dependem de nós.

O outro lado de construção dessa inserção é uma tarefa, uma missão extremamente importante.

A Assistência Social no Brasil esteve sempre muito preocupada com os mínimos e isso a transforma nesse caráter mais reivindicativo e não em um caráter de construção e de solução de propostas para o desenvolvimento do País, o que se constitui em um desafio enorme.

Nos últimos quatro anos, de 1995 para cá, o PIB brasileiro cresceu 4% ao ano. É um dado que temos, apresentado nos documentos oficiais que o Governo divulgou recentemente. Hoje se fala em um crescimento de PIB de 6% ao ano, no mínimo, para satisfazer às nossas exigências: erradicar a pobreza, acabar com desigualdades sociais etc. Crescer a 6% ao ano é uma tarefa que exige inteligência, dedicação, e principalmente a capacidade que nós, brasileiros, precisamos ter de construir o País com a nossa própria inteligência.

Precisamos criar essa mentalidade de desenvolvimento, tanto na área econômica, quanto na social, que é hoje o ponto central da qualquer programa de governo que venha pela frente.

É isso que o Ministro da Previdência Social está querendo com a capacitação, com a qualificação dos Conselheiros: que sejam capazes e competentes para fazer esse desenvolvimento, algo fundamental para nós. Necessitamos de Conselheiros que queiram trabalhar dentro desse espírito de construção, de integração e de trabalho em comunhão, conforme foi muitas vezes aqui levantado pelos Conselheiros.

Agradeço muito aos Conselheiros que me reconduzem à Presidência do CNAS. Justifiquei a ausência do Sr. Ministro, que gostaria de estar presente neste momento importante para prestigiar o Conselho.

Tenho certeza de que posso falar em nome do Conselheiro José Carlos e também agradecer em seu nome, pois está ausente, por essa indicação. Ele teve a oportunidade de me pedir isso, pessoalmente, antes de viajar.

O CNAS, mais uma vez, mostra que está caminhando para esse trabalho conjunto e para atingir a meta, que sempre foi o objetivo nas reuniões anteriores, quando esteve em discussão a sucessão no Conselho.

Para encerrar, gostaria de dizer que é nosso propósito construir essa nova Assistência Social, com o compromisso de universalizar direitos e construir a inclusão, o grande

objetivo do Brasil e um objetivo constitucional. A Constituição Federal e seus constituintes consagraram isto: a necessidade de erradicarmos a pobreza absoluta no Brasil, que hoje atinge um número extraordinariamente elevado. O Brasil tem quase 20% de pobreza absoluta. É algo que realmente agride a todos, nos causa um profundo constrangimento e temos como desafio superar essa situação.

Agradeço a todos. Vamos juntos fazer esse trabalho. Espero que todos possam colaborar conosco.

Antes de encerrar, gostaria de dizer algo às duas Conselheiras que não deram o voto explícito à Presidência. Certamente, houve a avaliação do comportamento do Presidente, o que de certa forma está incluído nessa manifestação. Tenho certeza de que, no caso da Conselheira Fátima, é consequência da experiência vivida por ela. No caso da Conselheira Rosângela, possivelmente, é o resultado de uma avaliação que feita na entidade que representa.

Quero dizer a todos que, independentemente desse posicionamento, estou aqui inteiramente tranquilo e à vontade para sempre aceitar críticas. Sem críticas não há condição de progredirmos. A crítica é fundamental dentro do regime democrático. É isso, inclusive, que o Presidente tem sempre solicitado: que todos apresentem suas observações e democraticamente discutamos as nossas divergências, para podermos progredir. Este Conselho pode ser um excelente colegiado, onde essas divergências possam ser trabalhadas, votadas democraticamente, para que adotemos as nossas posições pela maioria, como, aliás, deve ser a decisão na democracia, que é um governo da maioria. Evidentemente, as minorias têm que ser respeitadas. Elas são respeitadas na ONU, têm votos e direitos. No Brasil isso também ocorre. Recebo isso não como uma oposição, mas como uma tentativa de construirmos, na divergência, algo de positivo para o Brasil.

Obrigado.(Palmas)

Vamos assinar o termo de posse.

Os suplentes irão falar.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Em nome da Federação Brasileira de Patrulheirismo gostaria de cumprimentar os nossos colegas Conselheiros, pela forma como conduziram essa eleição.

Quero dizer que o mês de julho é dos mineiros: elegemos o Presidente do CNAS, o seu Vice e a Igreja Presbiteriana do Brasil reconduziu o Reverendo Guilhermino Cunha a mais quatro anos na presidência do templo. São todos mineiros.

GUILHERMINO CUNHA - Sr. Presidente, quero unir o meu voto à decisão da maioria, com a maior consciência e tranqüilidade. Quero dizer uma palavra sobre essa integração bonita entre a sociedade civil e os que representam o Governo, os Estados e municípios.

Queremos que esse sentimento gostoso de parceria, de complementariedade, seja uma verdade crescente dentro do CNAS. Estamos todos trabalhando e servindo à mesma causa. Estamos procurando o resgate do ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus, que não pode ser aviltado em função da pobreza das necessidades de ordem material.

Estamos juntos nesse propósito, que é um verdadeiro resgate.

Gostaria também de manifestar esse sentimento gostoso de co-participação, de estarmos nos sentindo juntos em tudo o que acontece. Vejo isso não apenas com os coordenadores ou com os presidentes das comissões. Não sei se é a minha índole, mas me sinto participando de tudo o que está acontecendo aqui no CNAS. A maneira como vemos a cordialidade dos que aqui trabalham, o ambiente da reunião, vejo algo muito bom e muito positivo.

A minha esperança é que a reunião ampliada seja também uma oportunidade de compartilhar idéias positivas, com todos os que estiverem participando; que os conselhos estaduais e municipais tenham direcionamento e não tenham temor quanto a repasses, e que eles também sejam ouvidos.

A Comissão de Normas vem pensando em um atestado do conselho municipal. Quando um processo chega ao CNAS, seria interessante não apenas que o conselho municipal atestasse, mas que pudesse dizer algo sobre os critérios, alguns indicadores já viriam lá da base, de quem está mais próximo à base.

Estamos querendo ver isso acontecer e, como homem de fé, já estou vendo isso acontecendo. Quero agradecer a referência da Conselheira Dora. A Igreja Presbiteriana do Brasil cumprimenta o Presidente e o Vice-Presidente, e cumprimento o Conselho pela maneira democrática e bonita como votou.

Naturalmente respeito as abstenções, que já foram tão bem entendidas pelo Presidente, que faz com que o nosso trabalho tenha consenso, coesão e consistência.

ANTÔNIO LUIZ P. RIBEIRO LEITE DE BRITO - Vou falar rapidamente. Primeiro quero salientar que nós, suplentes, também concordamos com a chapa e com o processo maduro feito neste Conselho. Antes de tudo, há um fator de que não falamos ainda, primordial nessa mudança de forma de agir que este Conselho está tomando. Há muito tempo tenho contato com o Conselho Nacional, através do conselho municipal e das entidades que represento na Bahia. Ficávamos muito ansiosos por esses processos do Conselho Nacional, por esses avanços que havia no Conselho Nacional. Precisávamos ter isso. Obviamente isso reflete no País. Essa eleição é um passo que já tomamos na mudança da concepção da Assistência Social, pois isso vai mostrar a serenidade do Conselho Nacional, que hoje tem maturidade.

Como disseram os Conselheiros Paulo e Sônia, também quero expressar a satisfação que os Conselheiros nacionais têm hoje por estarem aqui presentes, juntamente com os técnicos. Ao refletir no município, vocês não imaginam como isso vai ajudar psicologicamente no município e no Estado. Vou usar uma analogia: como se estivéssemos dentro da barriga da mãe e sentíssemos todas as emoções. Isso naturalmente vai passar para nós. Gostaria de dar esse depoimento sobre a importância dessa eleição e desse processo maduro por que passamos.

IRMÃ RITA - Quero expor aqui o pensamento da Confederação das Misericórdias do Brasil, de 2.800 hospitais, cujos pacientes são tão frágeis como os suplentes, mas querem falar.

Queremos dizer, dentro da nossa fragilidade de doentes neste País, que todos estamos em um ato de democracia, elegendo um Presidente e um Vice-Presidente, constituindo mais uma vez uma comunidade que se integra em função do bem-estar do homem.

Quem de nós não sente alguma doença? Quem de nós não tem uma fragilidade interior? Quem de nós, nas nossas famílias, nos nossos segmentos, não tem dificuldades? Quem de nós não aspira a que as diferenças diminuam entre as camadas sociais? Quem de nós aqui não deseja que “mínimo” desapareça do nosso vocabulário? Quem de nós não deseja que essa integração seja para o crescimento do homem, para a liberdade da sociedade e, muito mais do que isso, para a alegria de Deus?

Não poderia deixar de sair daqui sem dizer que tudo isso devemos a Deus, porque estamos aqui a serviço da vida. Portanto, respeitando as nossas diferenças, que podem ser muitas. Conhecendo o Gilson e o José Carlos também, sei que cada um depende profundamente das graças de Deus. Esse ato foi muito bonito, dignificante, democrático e livre, respeitando as diferenças e as posições de todos.

Gostaria de convidar a todos para silenciarmos um minuto no nosso coração, a pensarmos em Deus, para que Ele nos ajude, mas ajude de forma muito especial à nova diretoria, que vai reger os destinos deste Conselho e, muito mais do que isso, os destinos de mais de 40 milhões de miseráveis neste País.

Que Deus abençoe o Gilson e o José Carlos! Que Deus faça cair sobre eles e sobre cada um de nós as graças necessárias para continuarmos unidos, na forma em que acreditamos e temos uma concepção maior, como tão bem disse a Fátima: fraternos. Só na fraternidade se recupera a dignidade humana. Só em Deus pode se ter força e esperança para continuar caminhando.

Peço agora, um minuto de silêncio para Deus. Vamos rezar daquela forma como cada um tem costume, como cada um de nós ora, reza, implora, chora e agradece.

Que o Senhor Jesus abençoe todos nós, de forma especial o nosso Presidente e o Vice-Presidente, os nossos familiares, ao Governo do Brasil, mas especialmente a todos os pobres carentes, espalhados pelo chão brasileiro. Amém.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - A Irmã Rita tirou uma palavra que eu gostaria de ter pronunciado ao final da minha exposição: a necessidade de todos nós de constantemente contar com as graças divinas, para levarmos adiante o nosso trabalho. A Irmã

Rita expôs isso com muita propriedade. Daqui para frente precisamos estar sempre com essa imagem, essa lembrança da Irmã Rita, em todas as nossas atividades, em todos os nossos trabalhos.

Agradeço a todos os Conselheiros suplentes que acabam de se pronunciar. Na realidade, direi algo extraordinário: em vez de suplentes, podem se considerar titulares, pois, na realidade, têm trazido uma colaboração extremamente importante ao nosso Conselho. Tenho certeza de que a ausência dos titulares, em qualquer momento, estará sempre sendo muito bem suprida pelos suplentes. Haverá a oportunidade de termos os suplentes aqui presentes, como está acontecendo hoje, com o João Batista, que está representando o José Carlos.

Para encerrar a nossa reunião, temos a assinatura do livro de posse pelo Presidente e Vice-Presidente. O Vice-Presidente só poderá assinar na sua volta. Peço que os Conselheiros também assinem o livro.

Ha uma questão final e consulto o Secretário-Executivo. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente tem que ser seguida de uma resolução do CNAS, indicando os eleitos, como aconteceu na eleição anterior, em que houve uma resolução do Conselho que indicou o Presidente e o Vice. De maneira que essa resolução deverá ser também aprovada pelos Conselheiros. Ela simplesmente traduz o que aconteceu neste Plenário.

Faremos essa resolução. Temos até o modelo anterior. É só questão de copiar isso e publicar, pois os atos têm que ser publicados. Conforme todos sabem, os atos têm que ser publicados para o conhecimento de todos os interessados.

Vamos assinar o livro, preparar a resolução e ela será divulgada, contendo as decisões deste Plenário.

Antes de encerrar, passo a palavra ao Secretário, para fazer a chamada a fim de assinarem o livro de ata. Se quiser fazer algum comentário sobre a resolução, faça.

MARCOS MAIA JÚNIOR - A Resolução do ano passado foi assinada pelo Vice-Presidente interino. Ficaria mais correto e mais formal que a resolução fosse divulgada como Plenário, e identificasse os nomes de todos os votantes, para dar mais legitimidade.

Gostaria de informar outra coisa, antes de ler a ata. No registro dos Conselheiros citamos apenas um suplente, para efeito de contagem de voto. Na ata oficial estarão registradas as outras presenças. Aqui vou citar só um suplente, o Dr. João Batista, representando o José Carlos, que está ausente.

“Termo de posse da Presidência e Vice-Presidência do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS. Aos vinte e um dias do mês de julho de 1998, às nove horas, o Plenário do Conselho Nacional de Assistência Social, reunido na sala de reuniões do 9º andar do Edifício-sede do Ministério da Previdência e Assistência Social, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “F”, na cidade de Brasília-DF, procedeu à eleição do Presidente e do Vice-Presidente do CNAS, para o mandato de um ano, a partir desta data. Presentes quinze Conselheiros titulares e um suplente, perfazendo a exigência regimental de dois terços do *quorum*, elegeram, com treze votos, o Dr. Gilson Assis Dayrell, para Presidente do CNAS, com as abstenções dos representantes da ABONG e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social; e quinze votos para o Dr. José Carlos Lassi Caldeira, para a Vice-Presidência do Conselho Nacional de Assistência Social. Assinam o Presidente e os Conselheiros presentes o termo de posse. Brasília, 21 de julho de 1998.”

Enquanto o livro vai sendo assinado, vou levantar uma questão de ordem técnica, porque não poderemos sair desta reunião sem essa solução, pois é muito importante para a Secretaria Executiva.

Convido o Presidente eleito para assinar o termo de posse.(Palmas)

Gostaria apenas de ter uma informação e uma decisão dos Srs. Conselheiros. A Conselheira Dora pediu vista de quatro processos. Duas resoluções já foram incluídas para serem referendadas e duas foram publicadas, mas ainda não referendadas.

Gostaria que o Plenário decidisse, por uma questão de legitimidade jurídica. As duas não referendadas foram favoráveis às instituições. Pela técnica do Conselho, teríamos que retirar essas resoluções para que a Conselheira tivesse vista do processo.

Essas duas ainda não referendadas foram favoráveis às instituições. Retirando isso e tornando sem efeito, a instituição, obviamente, vai ficar com o seu processo paralisado.

Gostaria de consultar a Conselheira Dora se ela continua com o pedido de vista de forma oficial, portanto a Secretaria Executiva toma todas as providências para a legalização desse pedido de vistas, ou se podemos dar andamento normal ao processo, e ela teria as vista de forma oficiosa. De acordo com o pronunciamento da Conselheira que pediu vista, resolvemos nos manifestar sobre isso.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Sr. Secretário, em relação à Resolução nº 102, da Instituição Assistencial Meimei, não há problema. Em relação à Resolução nº 101, há um deferimento. Depois possa dar algum voto a esse respeito?

MARCOS MAIA JÚNIOR - O pedido da Resolução nº 101 já foi publicado e ainda não referendado. Fizemos a resolução após uma análise jurídica do assunto, pois foi concedida a renovação, através de despacho do Sr. Ministro. Essa resolução teve o parecer favorável, com o despacho do Ministro da Previdência.

O ministro decidiu o assunto e o Plenário, referendando a resolução, concedeu o certificado. Nesse processo, especificamente, não há mais nada a fazer. A instância máxima, na esfera administrativa, já decidiu. Obrigatoriamente, isso terá que ser referendado na próxima reunião. Se a Sra. Conselheira mantiver o pedido de vista, teremos que cancelar essa publicação para o seu exame. Com todo o respeito, a instância administrativa foi esgotada, mas fica a critério da Conselheira, para que a Secretaria possa atender à regularidade jurídica. Estou levantando isso porque nas outras duas vezes em que ela pediu foi indeferido. Já comunicamos à entidade que ela tem prazo oficial para recorrer. Se for mantido o pedido de vista, temos que retroceder todo o processo. Gostaria que a Conselheira se manifestasse.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Em relação às Resoluções nº 101 e 102 retiro o pedido, e aceito, informalmente, a vista.

Gostaria de manter o pedido de vista das Resoluções nº 87 e 89, se puder, que foram indeferidos.

MARCOS MAIA JÚNIOR - Como as resoluções foram referendadas e estão aqui no caderno com outros documentos, vamos excluir esses dois processos, vamos comunicar à entidade que a Conselheira está com um pedido de vista, e os processos ficam paralisados.

Todos estão de acordo com essa decisão?

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Estou entendendo que serão retirados os dois indeferimentos das resoluções, serão republicadas sem os dois indeferimentos, e se dará à Conselheira Dora a oportunidade de vista nos dois processos. É como entendo deva ser o procedimento.

Quanto às Resoluções nº 101 e 102, ela retirou o pedido, então não há problema. Além do mais, elas não foram referendadas hoje, portanto o assunto ainda está suspenso.

Vamos caminhando para o final da nossa reunião.

Agradeço a todos os Conselheiros pela presença. Agradeço mais uma vez pela indicação do meu nome para presidir este Conselho. Espero, com a ajuda de Deus, poder responder aos anseios dos que me elegeram.

Muito obrigado.